

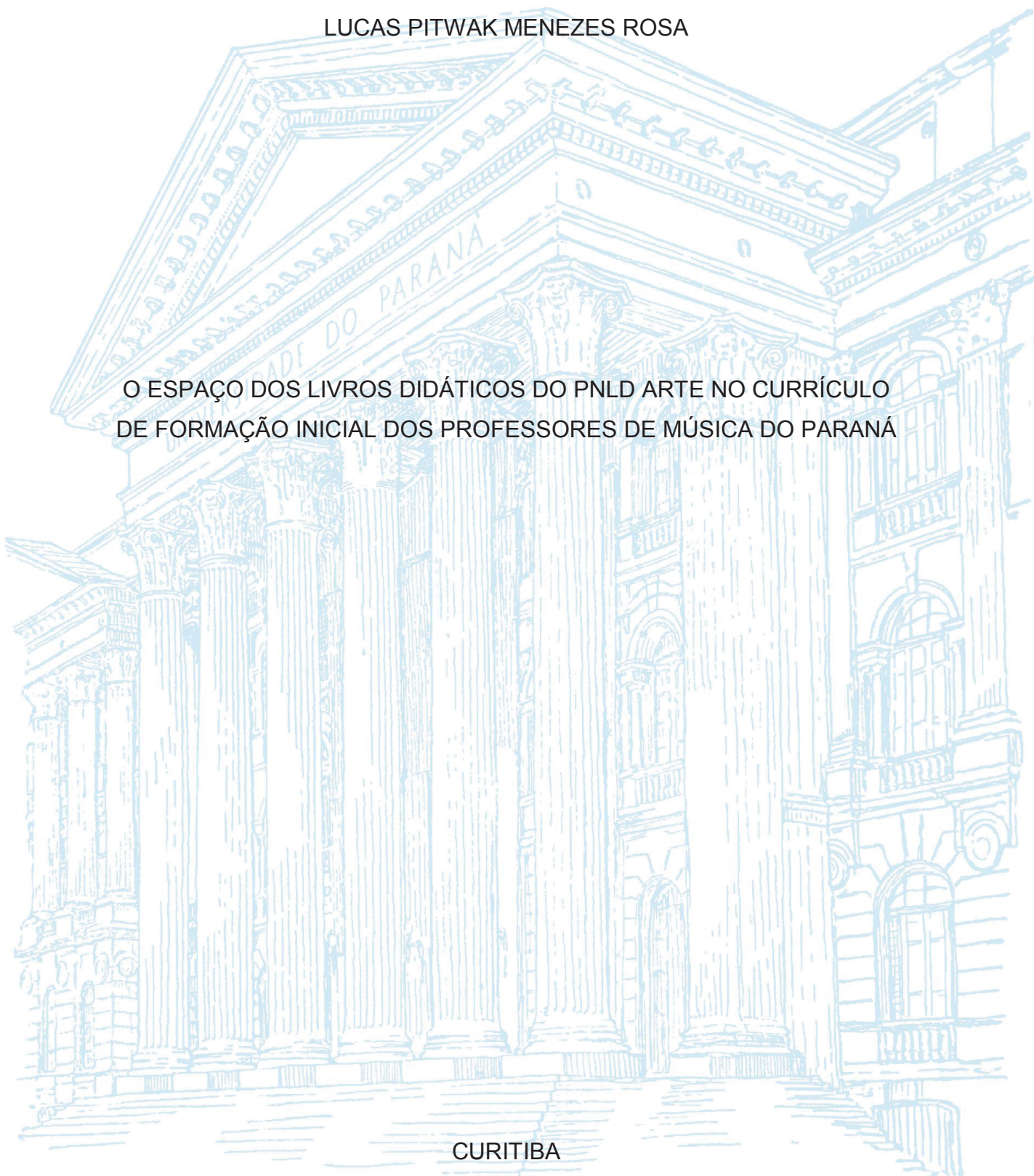
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS PITWAK MENEZES ROSA

O ESPAÇO DOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD ARTE NO CURRÍCULO
DE FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DE MÚSICA DO PARANÁ

CURITIBA

2021



LUCAS PITWAK MENEZES ROSA

O ESPAÇO DOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD ARTE NO CURRÍCULO
DE FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DE MÚSICA DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Música - Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Música.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Guilherme Gabriel Ballande Romanelli

CURITIBA,

2021

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Batel
(Elaborado por: Karolayne Costa Rodrigues de Lima CRB 9/1638)

Rosa, Lucas Pitwak Menezes

O espaço dos livros didáticos do PNLD Arte no currículo de formação inicial dos professores de música no Paraná / Lucas Pitwak Menezes Rosa.
– Curitiba, 2021.
100 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Gabriel Ballande Romanelli.
Dissertação (mestrado em Música) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Música.

1. Professores de música – Formação. 2. Música - Currículo. 3. Música – Livros didáticos. 4. Música – Instrução e estudo. I. Título.

CDD 780.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MÚSICA -
40001016055P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MÚSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUCAS PITWAK MENEZES ROSA** intitulada: **O espaço dos livros didáticos do PNLD Arte no currículo de formação inicial dos professores de música do Paraná**, sob orientação do Prof. Dr. GUILHERME GABRIEL BALLANDE ROMANELLI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Julho de 2021.

Assinatura Eletrônica

21/07/2021 14:38:07.0

GUILHERME GABRIEL BALLANDE ROMANELLI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/07/2021 14:20:57.0

ROSANE CARDOSO DE ARAUJO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/07/2021 14:54:35.0

TANIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA CORONEL DULCÍDIO, 638 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80420-170 - Tel: (41) 3307-7306 - E-mail: secretaria.ppgmusica@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 102262

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 102262

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à minha mãe Eloisa e ao meu pai José Antônio, os quais investiram na minha educação, na minha saúde e no meu bem-estar, proporcionando condições favoráveis para que eu pudesse crescer enquanto sujeito, desenvolver e exercer minha autonomia. Além disso, jamais deixaram de me apoiar e incentivar ao longo do percurso que escolhi trilhar na área da música e da educação.

Agradeço também ao meu irmão Rodrigo que completa meu núcleo familiar, sempre tornando a convivência em família mais fácil e prazerosa. Agradeço à minha companheira Aline pela parceria, pela motivação, por me tranquilizar, pelo carinho e pela valorização do meu trabalho pessoal. Agradeço aos demais familiares pelo carinho e pela torcida. Agradeço aos meus amigos que me acompanham física e virtualmente, pelo apoio, pelas confidências, pelas risadas, pelos momentos de descontração, pela segurança, pelo respeito, pela inspiração e pela motivação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Paraná durante minha participação no mestrado, pelo acompanhamento da pesquisa e por proporcionarem momentos de debate e reflexão essenciais para meu crescimento pessoal, para a construção e execução da pesquisa e deste relatório.

Agradeço ao meu orientador Guilherme Romanelli por me motivar a ingressar no programa de mestrado após a participação no projeto de extensão, por valorizar meus conhecimentos e vivências pessoais, por auxiliar e acompanhar na construção e desenvolvimento desta pesquisa, por me tranquilizar em relação às adversidades e por agir sempre de boa índole, com humildade e com respeito pela coisa pública, servindo como um grande exemplo de pessoa e de profissional.

Agradeço às professoras Rosane Araújo e Tânia Garcia por aceitarem compor a banca avaliadora desta dissertação, pela dedicação na análise, pelos apontamentos de fragilidades na construção do relatório, pela indicação de melhorias, pelo respeito e zelo com que prestam suas palavras e igualmente por agirem sempre

de boa índole, com humildade e respeito. Fico extremamente honrado de ter sido agraciado com três excelentes profissionais e pessoas que admiro muito participando desse processo avaliativo.

Agradeço às colegas de pesquisa Deyse e Paula pela parceria e pelo suporte durante a construção das bases das nossas pesquisas. Agradeço aos demais colegas do PPGMUS pelas conversas, discussões, reflexões e trocas de experiências. Agradeço aos colegas de profissão por acreditarem e atuarem por uma educação pública de qualidade e pela valorização da música como conhecimento essencial. Agradeço a todos os professores e coordenadores que responderam e compartilharam o questionário desta pesquisa.

Esse trabalho só foi possível pela interferência social de todos os citados anteriormente, fato que me faz valorizar cada dia mais a coisa pública e me comprometer a entender e trabalhar, nem que seja um pouco, para o benefício social da educação e da música, esperando que mais sujeitos possam ter as possibilidades que eu tive, que possam conseguir enxergar as coisas boas do mundo e lutar por elas, assim como enxergar as coisas não tão boas e lutar por sua mudança.

RESUMO

Esta dissertação situa-se na área de educação musical a partir dos temas livros didáticos, currículo e formação de professores de música. Considerando que a música na educação básica está inserida no componente curricular Arte e considerando também a recém inserção deste componente curricular no âmbito do PNLD, o problema levantado refere-se a possível ausência desses livros didáticos nos currículos dos cursos superiores de licenciatura em música do estado do Paraná. Devido ao alto valor econômico conferido ao PNLD, assim como seu impacto cultural e social, este programa passa a agir como indutor de pesquisas sobre seus processos e objetos. Neste caso, o livro didático, enquanto objeto representativo da cultura escolar e do currículo, foi aferido como um ponto comum entre os três assuntos dessa dissertação, entrelaçando o papel social e formativo das universidades que ofertam cursos de licenciatura em música. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar a presença dos livros didáticos do PNLD Arte nos currículos dos cursos de licenciatura em música nas instituições de ensino superior do estado do Paraná. Como objetivos específicos, buscou-se entender conceitualmente o livro didático e o currículo a partir dos contextos político, social e econômico; e identificar o contexto do componente curricular Arte na rede de educação básica do estado do Paraná. O delineamento metodológico foi realizado a partir da análise documental e do levantamento de campo, buscando identificar a presença do livro didático no currículo a partir dos documentos institucionais e das respostas dos professores formadores das instituições por meio de um questionário. Os resultados apontaram para a existência de espaços nos currículos para a possibilidade de análise dos livros didáticos do PNLD Arte, principalmente nas disciplinas de preparação dos discentes para a atuação docente. Entretanto, devido à sua breve existência e ao contato parcial dos professores formadores com esses objetos, eles ainda não têm presença garantida nos currículos dos cursos de licenciatura em música.

Palavras-chave: PNLD; formação docente em música; currículo; livros didáticos de música.

ABSTRACT

This Master's thesis is located in the area of musical education from the themes of textbooks, curriculum and training of music teachers. Considering that music in basic education is included in the curricular component Art and also considering the recent insertion of this curricular component within the PNLD, the problem raised refers to the possible absence of these textbooks in the curricula of music undergraduate courses in the state of Paraná. Due to the high economic value conferred to the PNLD, as well as its cultural and social impact, this program starts to act as an inducer of research about its processes and objects. In this case, the textbook, as a representative object of school culture and curriculum, was assessed as a common point between the three subjects of this Master's thesis, intertwining the social and formative roles of universities that offer undergraduate courses in music. Thus, the general objective of this research was to investigate the presence of PNLD Art textbooks in the curricula of undergraduate music courses in higher education institutions in the state of Paraná. As specific goals, we sought to conceptually understand the textbooks and the curriculum from the political, social and economic contexts; and identify the context of the curricular component Art in the basic education network of the state of Paraná. The methodological design was based on document analysis and field survey, seeking to identify the presence of the textbook in the curriculum from institutional documents and from the answers of the teacher educators of the institutions through a questionnaire. The results pointed to the existence of spaces in the curricula for the possibility of analyzing the PNLD Art textbooks, especially in the disciplines that prepare the students for teaching. However, due to their brief existence and the partial contact of the teacher educators with these objects, they still do not have a guaranteed presence in the curricula of undergraduate music courses.

Keywords: PNLD; higher degree courses in music; curriculum; music textbooks.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Questão 1	75
Gráfico 2 - Questão 2	76
Gráfico 3 - Questão 3	76
Gráfico 4 - Questão 4	77
Gráfico 5 - Questão 5	78
Gráfico 6 - Questão 6	78

Lista de Quadros

Quadro 1 – Montante financeiro investido no PNLD 2020.....	25
Quadro 2 – Características levantadas pela SEED sobre bons livros didáticos	43
Quadro 3 – Consulta de Professores e Pedagogos do Estado do Paraná por vínculo e área de atuação.....	49
Quadro 4 – Consulta de Professores e Pedagogos do Estado do Paraná por disciplina	50
Quadro 5 – Diferença do número de Professores e Pedagogos entre buscas por vínculo e área de atuação e por disciplina	50
Quadro 6 – Horas possíveis de acordo com dados do Quadro 4.....	51
Quadro 7 – Número de matrículas e turmas na rede estadual do Paraná no ano de 2020	52
Quadro 8 – horas de Arte necessárias para número de turmas da rede estadual.....	52
Quadro 9 – Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de música no estado do Paraná (e-MEC).....	58
Quadro 10 – Documentos levantados de cada IES que estão disponíveis online	61
Quadro 11 – Alcance da pesquisa	68
Quadro 12 – Número de respondentes de cada IES.....	69
Quadro 13 – Contato dos professores formadores com livros didáticos do PNLD Arte.....	69
Quadro 14 – Contato dos discentes com livros didáticos para a educação básica	71
Quadro 15 – Disciplinas com a presença de livros didáticos para a educação básica	72
Quadro 16 – Categorização das respostas sobre finalidade do livro didático	73

Lista de Siglas

BNCC	-	Base Nacional Comum Curricular
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES	-	Instituição de Ensino Superior
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	-	Ministério da Educação
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PNLD	-	Programa Nacional do Livro e material Didático
PSS	-	Processo Seletivo Simplificado
QPM-E	-	Quadro Próprio de Magistério - Especialista
QPM-P	-	Quadro Próprio de Magistério - Professor
REPE	-	Regime Especial - Pedagogo
REPR	-	Regime Especial - Professor
SEED-PR	-	Secretaria Estadual de Educação do Paraná

SUMÁRIO

Apresentação	13
1. Introdução	16
2. Manualística: a arte de explorar o livro didático.....	20
2.1. Decodificando o livro didático	22
2.2. Cultura escolar e currículo	26
2.3. Sobre o Programa Nacional do livro e Material Didático (PNLD)	30
2.3.1. PNLD Arte	33
3. O livro didático na formação docente.....	36
3.1. Os livros e a formação docente em música.....	44
3.2. Os professores de Arte na rede estadual de educação do Paraná	48
4. Metodologia	56
4.1. Descrição da população e da amostra.....	57
4.2. Análise documental.....	59
4.3. Levantamento de campo (<i>Survey</i>)	63
4.4. Categorização.....	65
5. Procedimentos e análise dos dados	67
5.1. Identificação dos respondentes	68
5.2. Espaço do livro didático na formação inicial	70
5.3. Visão dos professores formadores sobre livros didáticos	73
5.4. Discussão.....	79
6. Considerações Parciais.....	82
Referências	87
Apêndices	93

Apresentação

Para além de descrever a trajetória que levou à elaboração do projeto de pesquisa desta dissertação, esta seção de apresentação tornou-se necessária para contextualizar alguns acontecimentos durante o curso de pós-graduação que resultaram em mudanças de paradigmas e caminhos percorridos no desenvolvimento metodológico da pesquisa em questão.

O envolvimento com o campo de formação docente, formação continuada e livros didáticos enquanto campo de pesquisa ocorreu durante a participação como bolsista e voluntário, ainda no período de graduação em música, inserido no projeto de extensão Música na educação infantil: integração de saberes entre universidade, comunidade, professores e crianças da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculado ao curso de formação continuada Músico da Família ao Vivo ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME). Após esta experiência, surgiu o interesse em investigar as possibilidades de formação continuada dos professores unidocentes sem formação específica em música. Desta forma, a relação entre livros didáticos e a formação continuada foi o tema selecionado para iniciar o projeto de pesquisa.

Segundo a Lei Nº13.278 de 2016 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o componente curricular Arte abarca quatro linguagens artísticas: Artes visuais, Dança, Música e Teatro. Entretanto, a realidade é que muitas vezes o professor tem a formação específica em somente uma dessas linguagens ou nenhuma delas. Desta maneira a formação inicial desses professores muitas vezes não é suficiente para atuar de forma que atenda as especificações da BNCC, tornando-se necessária a oferta de cursos, encontros e processos formativos para que este professor tenha ferramentas para trabalhar todas as linguagens artísticas.

Devido à aproximação com o orientador do projeto Guilherme Romanelli – e consequentemente desta dissertação – além do Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas (NPPD) dentro da UFPR, os livros didáticos se tornaram o foco da pesquisa como artefatos complexos da cultura escolar que podem contribuir para a formação docente sob diversos aspectos. Apesar de os livros didáticos não serem nenhuma novidade no campo da educação, a manualística enquanto campo de pesquisa é

recente, vasta e bastante complexa de tal modo que se buscou realizar um recorte a partir dos temas de interesse: formação docente, currículo, Arte e livros didáticos.

A ideia inicial era acompanhar um grupo de professores reunidos no contexto de formação continuada, no qual iriam debater juntos sobre os livros didáticos aprovados no edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2020 e realizar a escolha sobre qual das coleções iriam utilizar em suas atividades docentes. Como o edital tratava de coleções direcionadas aos anos finais do Ensino Fundamental, os professores deste grupo atuavam em escolas da rede estadual do Paraná na cidade de Curitiba.

Uma vez que eu estivesse presente no campo empírico, a ideia seria realizar um estudo etnográfico visando identificar os critérios utilizados por estes professores para justificar as escolhas das coleções de livros didáticos. Estas discussões seriam realizadas no mês de Setembro do ano de 2019, período em que as coleções aprovadas seriam divulgadas e o processo de escolha seria efetuado por meio eletrônico disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entidade responsável pela organização e logística do PNLD. Entretanto, por conta de embates políticos entre instituições governamentais e sindicalistas, os professores que comporiam este grupo de debate optaram por não realizá-lo em respeito à decisão de sua classe, a qual havia instaurado um indicativo de greve. Portanto, a continuidade da discussão com um grupo incompleto entraria em desacordo com a proposta de debate e reflexão como prática formativa.

A partir da impossibilidade de manter o delineamento metodológico planejado até então, optou-se pela mudança do mesmo, elaborando uma nova estratégia para pensar sobre os livros didáticos do PNLD e a formação continuada dos professores após a chegada das coleções às escolas. Trabalhava-se entre o final do ano de 2019 e o início de 2020 em um novo recorte de escolas estaduais distribuídas nas regionais da cidade de Curitiba para uma aproximação em campo e diálogo direto com professores e gestores que participaram do processo de escolha das coleções do PNLD 2020.

Com a emergência sanitária causada pelo coronavírus resultando na pandemia de Covid-19, foi decretada situação de calamidade pública em Março de

2020 e a possibilidade de realizar uma pesquisa em campo de caráter etnográfico se tornou nula. Além disso, como consequência da pandemia, devido às mudanças de logística no funcionamento da educação em todos os níveis, houve uma sobrecarga no trabalho docente, a qual obrigou os professores a investirem muito tempo e dedicação para se apropriarem de ferramentas tecnológicas necessárias para que as ações educacionais continuassem em andamento em caráter remoto emergencial e temporário. Consequentemente, tal sobrecarga dificultou a aproximação e comunicação mais aprofundada que se pretendia no projeto inicial desta pesquisa.

Frente aos desafios sociais causados pela pandemia, a impossibilidade da realização de uma pesquisa de cunho etnográfico e a dificuldade de comunicação para alcançar a amostra da população e a profundidade pretendida, o delineamento da pesquisa e o cronograma tiveram novamente de ser alterados.

Optou-se então por mudar o foco da formação continuada para a formação inicial, tomando os currículos dos cursos de licenciatura em música do estado do Paraná como base para o estudo cujo intuito foi identificar o espaço que os livros didáticos do PNLD ocupam na formação inicial dos professores de música. Além dos documentos norteadores de cada curso, os docentes das instituições de ensino superior do Paraná se apresentaram, numericamente falando, como uma população mais viável e acessível no novo contexto desta pesquisa. A possibilidade de alcançar uma amostra significativa por meio de ferramentas de coleta de dados digitais foi um fator decisivo para a nova definição do escopo da pesquisa.

O intuito desta apresentação não é justificar eventuais problemas ou falhas deste trabalho, mas sim descrever o contexto do percurso formativo do pesquisador e justificar algumas decisões tomadas, as quais possivelmente quebrariam o fluxo de leitura, caso estivessem inseridas ao longo do texto.

1. Introdução

O livro didático é um objeto icônico da cultura escolar. Mesmo considerando os múltiplos processos envolvidos na escolha, compra e distribuição de livros didáticos nas escolas brasileiras, é o professor, em última instância, o sujeito que fará escolhas sobre as formas como esses artefatos da cultura escolar vão ser utilizados. Tal processo ressalta a autonomia dos professores, os quais necessitam da reflexão acerca de perspectivas teórico-metodológicas para realizarem essa ação de forma verdadeiramente autônoma.

As problemáticas relacionadas ao processo de escolha dos livros didáticos na educação básica têm sido analisadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Porém, a abordagem deste tema no contexto de formação inicial de professores ainda é pouco explorada. Desta forma, foi identificada uma possível lacuna na formação inicial dos professores de música a ser investigada com o intuito de mobilizar o debate sobre formação de professores de música e os espaços que livros didáticos ocupam ou poderiam ocupar nos currículos de formação desses professores.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi investigar a presença dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) nos currículos dos cursos de licenciatura em música das instituições de ensino superior do estado do Paraná. Para a realização deste objetivo, buscou-se entender o papel do livro didático e do currículo a partir de três diferentes contextos que estão atrelados à educação: cultural, político e econômico. Conforme afirma Apple (2000), “nenhum deles é redutível aos outros. Todos são necessários para que obtenhamos uma compreensão mais complexa dos limites e possibilidades do trabalho educacional” (p.176). Tratando-se de uma pesquisa que se enquadra no campo das ciências sociais, não se pôde desprezar as variáveis políticas, econômicas e sociais que constituem a especificidade do objeto pesquisado. Assim, foi necessário consultar diversos documentos oficiais dos entes federados e dados estatísticos do PNLD e do portal da transparência do estado do Paraná para abranger todos os três contextos.

O livro didático se apresenta como um objeto representativo da cultura escolar, como uma ferramenta de política pública para a formação docente e como um

produto de um mercado que movimenta um grande volume de recursos no âmbito público e privado. Por conta do breve período de inserção do componente curricular Arte no PNLD, a abordagem sobre o livro didático para a educação básica no contexto da formação inicial de professores das diferentes linguagens artísticas ainda é pouco explorada. Frente às discussões sobre mudanças curriculares, a implementação da BNCC e a quantidade significativa de recursos públicos alocados nesse programa, entende-se a necessidade de estudar esse assunto.

No contexto da educação básica, os livros didáticos passaram a fazer parte do cotidiano escolar das escolas públicas devido ao PNLD, consistindo em um objeto essencial para professores e alunos. Dessa forma, o PNLD – considerando seu impacto cultural, social e econômico – age como indutor de pesquisas sobre livros didáticos. Um dos propósitos da inserção do livro didático de Arte no PNLD foi o de suprir a lacuna deste componente curricular devido às mudanças na legislação. Assim, o livro didático de música inserido no contexto do PNLD é um objeto pouco explorado e que tende a ganhar mais força com a expansão desta política pública. Por meio dessa investigação, busca-se fomentar o debate para entender o papel dos livros didáticos de educação musical nas escolas de educação básica e como isso reflete na formação dos professores de música em nível superior.

Além da atuação docente, a aproximação dos discentes das licenciaturas com os livros didáticos do PNLD e com a realidade do ensino da música na educação básica pode abrir portas para outras formas de atuação profissional, tais como consultores de educação musical, coordenadores pedagógicos de educação musical, avaliadores das próximas coleções de livros didáticos, entre diversas outras possibilidades. Ressalta-se aqui que, ao optar pela atuação docente na educação básica brasileira no contexto atual, o professor de música em raras ocasiões atuará exclusivamente com o ensino da música e possivelmente assumirá aulas do componente curricular Arte, devido à estrutura curricular nacional. Entende-se a importância da análise de livros didáticos para a educação básica também considerando esse contexto.

No escopo desta pesquisa o currículo será tratado não apenas como um documento organizador de temas e conteúdos a serem estudados na escola, mas como um artefato social e histórico, cuja função é pautar as ações dos entes educacionais

extrapolando a roteirização, que visa somente a retórica escolar, possibilitando desta forma interligar teoria e práticas. Assim, o livro didático se apresenta como um objeto concreto de representação parcial do currículo (currículo editado), visto que o currículo será efetivado por meio da atuação do professor (GOODSON, 1998; TORRES, 1998). Portanto, as escolhas desses livros e a maneira como são utilizados em sala de aula impactam na forma como o currículo será efetivado nas escolas.

As discussões foram baseadas nos referenciais das áreas de estudos da manualística (CHOPPIN, 2004; CHARTIER, 1998; BATISTA, 1998, 2002), do currículo (APPLE, 1989, 2000; ESCOLANOBENITO, 2012; GOODSON, 1998), da cultura escolar (FORQUIN, 1993), da formação docente (GARCIA, 2013; NÓVOA, 1995; SAVIANI, 2009), da formação docente em música (BELLOCHIO, 2003, 2016; DEL-BEN, 2019; FIGUEIREDO, 2017; MATEIRO, 2009) e dos livros didáticos de arte (BARBOSA; ROMANELLI, 2013; ROMANELLI; SCHLICHTA; TEUBER, 2018; SOUZA, 1997). A construção do referencial se deu ao longo das discussões realizadas no âmbito do NPPD (Núcleo de pesquisa em publicações didáticas) e do grupo de pesquisa PROFCEM (Processos formativos e cognitivos de educação musical).

Em relação ao delineamento metodológico, optou-se pela pesquisa documental e o levantamento de campo, tendo os planos de curso, matrizes curriculares e ementários como corpus da pesquisa documental e os professores formadores como população do levantamento de campo. O levantamento de campo foi realizado por meio de um questionário digital online enviado a uma amostra de 48 dentre uma população total de 80 professores formadores, tendo sido obtidas 15 devolutivas.

Buscou-se neste capítulo introdutório abordar de forma breve os principais conceitos que nortearam esta pesquisa e delinear as escolhas e procedimentos metodológicos adotados para identificar e discutir o espaço dos livros didáticos na formação inicial dos professores de música do Paraná. No segundo capítulo, apresentam-se contrapontos entre as teorias sociais do currículo e da manualística; o aprofundamento das elaborações sobre o objeto livro didático e a estrutura do PNLD.

O terceiro capítulo discorre sobre a formação docente, a relação dos livros didáticos nos processos de construção de saberes docentes e de identidade profissional, algumas especificidades dos livros didáticos em relação à educação musical e a contextualização da rede estadual de educação do Paraná enquanto espaço de atuação dos egressos dos cursos de música. O quarto capítulo apresenta o delineamento metodológico, procedimentos de coleta e análise de dados realizados. O quinto capítulo discorre sobre os resultados obtidos no levantamento de campo pautado no referencial construído ao longo do trabalho. O sexto capítulo apresenta as considerações finais oriundas do processo de pesquisa e vislumbres futuros de aproximação entre a universidade e a educação básica tomando o livro didático como ponto de partida refletindo sobre a importância da formação inicial e continuada como direito e condição para a construção da profissão docente e seu exercício no espaço escolar.

2. Manualística: a arte de explorar o livro didático

Em sua simplicidade, os livros didáticos escondem uma grande complexidade material e abstrata. Compreendendo para esta reflexão os livros didáticos enquanto os livros que estão presentes nos espaços institucionais em contextos de educação, eles são responsáveis por materializar o poder representativo do currículo, as subjetividades de indivíduos, as perspectivas culturais, os ideais políticos, os valores sociais entre diversas outras possibilidades de representação. Analisar, portanto, um livro didático não é uma tarefa fácil. Segundo Roger Chartier (1998), a leitura jamais pode ser desvincilhada do contexto e das possibilidades interpretativas de quem lê determinado texto. Assim, para garantir que haja uma leitura crítica de um livro didático, é necessário que o leitor tenha condições hábeis de realiza-la. Essas condições envolvem tanto os aspectos cognitivos quanto aspectos físicos, culturais, estéticos e temporais.

Para Escolano Benito (2012), os livros didáticos¹ são objetos essenciais dentro da atual cultura escolar como objetos que refletem de forma sintetizada a cultura social a que pertencem, além de projetar práticas de ensino. Para o autor, é essencial entender esse objeto para compreender a cultura escolar, visto que os livros didáticos, ao mesmo tempo em que são direcionados aos aprendizes, são tidos como instrumentos que instruem e educam os educadores² ao oferecer uma seleção de conteúdos, metodologias de ensino e propostas de ação que auxiliam na organização do trabalho pedagógico.

O estudo dos livros didáticos não é uma novidade no campo da educação, visto que já existem diversas pesquisas sobre compêndios, cartilhas e apostilas. Entretanto, Escolano Benito (2012) aponta que há uma corrente de pesquisa que incorre no agrupamento de determinados conjuntos de estudo de caráter histórico, social e etnográfico, unindo as áreas de história, sociologia, filosofia e didática sobre um mesmo objeto: o livro didático. O autor define o campo de estudo desta corrente como sendo a manualística, a qual estuda os processos de design, concepção, produção e uso dos livros didáticos.

¹ Escolano Benito utiliza o termo “manuais escolares”. Contudo, optou-se por manter padronizada a expressão livro didático durante todo o trabalho.

² O manual do professor contendo encaminhamentos e propostas metodológicas, inclusive, é um critério exigido em edital para a aprovação das coleções no âmbito do PNLD.

Especialmente tratando-se do Brasil, federação de proporções continentais, a existência do PNLD justifica a necessidade de estudos sobre os livros didáticos e os processos pelos quais os livros são submetidos até chegarem, de fato, às escolas.

Por conta desse programa, o livro didático passou a ser objeto central e institucional de políticas públicas voltadas às escolas, e devido aos seus diversos e longos processos, além de sua abrangência nacional, a investigação desses livros se insere no campo da manualística.

O PNLD, a partir da Resolução Nº12 de Outubro de 2020 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) – órgão responsável por gerenciar o PNLD – discrimina o funcionamento do programa ao longo de oito etapas. São essas: (1) inscrição, (2) avaliação pedagógica, (3) habilitação, (4) escolha, (5) negociação, (6) aquisição, (7) distribuição e (8) monitoramento e avaliação. As especificidades de cada uma dessas etapas já revela a complexidade de ramificações e possibilidades de interferência na compreensão global sobre o objeto livro didático no contexto brasileiro.

Conforme afirma Tânia Garcia (2006), o livro didático é um tema ausente tanto na formação inicial de professores, quanto em suas formações continuadas. As pesquisas de Batista (1998) e Gatti *et al.* (1994 *apud* BATISTA, 1998) apontam para a precariedade na formação dos professores, das suas condições de trabalho e de seus critérios para selecionar e usar impressos em sala de aula. Outro problema encontrado, a partir das pesquisas como a de Cassab e Martins (2008), Timbó (2009), Zambon (2012), Garcia (2014) e Moraes (2018), é o curto período de tempo oferecido aos professores para analisarem e escolherem quais serão as coleções de livros didáticos que a escola receberá (etapa 4 do PNLD). Este é um problema comum a maioria dos componentes curriculares em todo o país.

Com tais problemas levantados, surge a principal problematização inerente ao componente curricular Arte, o qual contempla quatro linguagens artísticas – artes visuais, dança, música e teatro (a partir da Lei Nº13.278 de 2016) – com licenciaturas específicas para cada uma dessas linguagens. Desta forma indaga-se: Quais são as condições que os professores de Arte têm para realizar uma escolha crítica e

consciente a respeito dos livros didáticos a serem entregues às escolas tendo em vista o currículo polivalente deste componente curricular?

Conforme as pesquisas citadas anteriormente, a resposta para essa pergunta não é otimista e foi necessário compreender com maior precisão os elementos que envolvem esse processo de escolha para entender o porquê. Um desses elementos é a (não) presença dos livros didáticos na formação inicial dos professores de música, tema principal desta pesquisa.

2.1. Decodificando o livro didático

O livro didático muitas vezes pode transparecer simplicidade, inocência e até mesmo descrédito. Não raramente, encontram-se nos almoxarifados, estoques ou em seções escondidas nas livrarias e não chamam a atenção do público, ao contrário dos *best-sellers* expostos nas vitrines. Entretanto, os livros didáticos podem carregar um maior poder cultural, social e econômico do que se imagina. Nesta seção, busca-se apresentar as diversas complexidades do universo que permeia o estudo sobre livros didáticos, com apoio em contribuições da história, filosofia e sociologia da educação.

Conforme afirma Antônio Batista (2002), “trata-se de um livro efêmero, que se desatualiza com muita velocidade” (p. 529). Sua circulação, na verdade, é bastante restrita ao âmbito educacional, mais especificamente à instituição Escola. Cabe ressaltar que existem divergências na terminologia adotada para esses suportes de textos utilizados na educação, tais como livros, compêndios, apostilas, manuais ou cartilhas.

Há ainda a diferença na concepção desses materiais. Aqueles que foram concebidos para fins educacionais específicos são comumente declarados como livros didáticos, enquanto se atribui o termo paradidáticos àqueles que não foram concebidos como livros para a educação, mas que são usados para tal. Portanto, Batista (2002) compreende o livro didático como “um livro editado para auxiliar no processo de ensino de uma disciplina escolar” (p.541).

O levantamento realizado por Karla Souza (2018) aponta que, no Brasil, os livros didáticos já são objetos de pesquisa na área de Educação desde meados da década de 1950, mas que só tiveram maior visibilidade a partir da década de 1980 com as pesquisas realizadas por Garcia (1985 *apud* SOUZA, 2018) e Freitag, Costa e Motta (1987). Nessa época, porém, o delineamento utilizado na maioria das pesquisas era a análise de conteúdo.

Além disso, Souza (2018) apresenta um levantamento bibliográfico que evidencia a exploração dos livros e materiais didáticos como objetos de estudo em diversas instituições de diferentes países, evidenciando suas forças como veículos de conhecimentos, conteúdos e práticas pedagógicas em diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como a relevância dos estudos sobre os mesmos.

Tratando-se da especificidade da música, embora as pesquisas sobre livros didáticos no Brasil tenham começado a ser evidenciadas na década de 1970, Souza (2018) afirma que “os pesquisadores na área da música só iniciaram suas investigações sobre o livro didático e o ensino de música a partir de 1995, com Tourinho (1995) e Souza (1997)” (p.24). Tourinho (1995) apontava para a predileção na escolha de livros direcionados aos professores de música dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil enquanto Souza (1997) explicita a necessidade de fomentar a produção e publicação de materiais didáticos de música, destacando a proposta dos livros didáticos como alternativa para a educação musical.

O primeiro projeto de pesquisa levantado por Souza (2018) foi o de Gonçalves e Costa (1998). Com o título “Os conteúdos de música nos livros didáticos: uma análise de conteúdo” esse projeto catalogou os livros didáticos presentes na Biblioteca Municipal e nas escolas estaduais e municipais de Uberlândia/MG, resultando em seis trabalhos de conclusão de curso. Jusamara Souza (1997) também realizou um levantamento bibliográfico com mais de 200 livros didáticos de música produzidos entre as décadas de 1920 e 1990, concluindo que não havia a prática de produzir publicações seriadas ou sequenciadas, indicando que, mesmo que a música fosse um conteúdo obrigatório na educação básica, o seu ensino ainda era pouco institucionalizado enquanto disciplina escolar.

Em recente estudo realizado por Halyne Czmola, Lucas Rosa, Mariane Lins e Guilherme Romanelli (2020), foi constatada a importância dos materiais didáticos no auxílio para a organização e realização de atividades e práticas musicais por parte de professores unidocentes que atuam na esfera municipal em Curitiba.

O estudo foi realizado com 80 participantes de um projeto de formação continuada oferecido pela SME de Curitiba e pela UFPR. Os participantes eram professores unidocentes que atuavam com atividades musicais em escolas de educação infantil na cidade de Curitiba. O estudo foi realizado por meio de um questionário, o qual foi respondido por 33 professores. Desses, 97% apontaram a necessidade de algum tipo de material didático para auxiliá-los em suas práticas musicais.

Sobre esses materiais, os livros didáticos foram apontados por 54% dos participantes e 38% mencionaram vídeos de atividades e tutoriais. A partir deste estudo, ressalta-se que além dos momentos formativos em cursos, práticas e reflexões com seus pares, materiais concretos que possam ser acessados e revisitados são importantes principalmente para os professores que atuam com práticas musicais mesmo sem ter uma formação específica.

Considerando então que o público-alvo dos livros didáticos são os alunos e professores, somando o fato de a educação ser um direito básico a ser ofertado pelo Estado à toda população brasileira, cria-se a possibilidade de um mercado editorial estável, pré-definido e certo, tendo o Estado como principal financiador, apresentando poucos riscos para as editoras comerciais.

Munakata (2012), Apple (2000) e Bittencourt (2004) corroboram essa visão do livro didático como um objeto do mercado editorial. Kazumi Munakata (2012) afirma que “o livro didático, então, é uma mercadoria destinada a um mercado específico: a escola” (p.185). No quadro a seguir, é possível verificar o investimento financeiro realizado pelo governo brasileiro referente ao PNLD no ano de 2020:

Quadro 1 – Montante financeiro investido no PNLD 2020

Programa	Montante	%
PNLD 2020 Geral	R\$1.390.201.035,55	100%
PNLD 2020 Anos Finais do Ensino Fundamental (AFEF)	R\$696.671.408,86	50,1% do Geral
PNLD Arte 2020	R\$82.113.954,78	5,9% do Geral 11,7% do AFEF

Fonte: FNDE, organizado pelo autor.

Desta forma, o PNLD se apresenta como uma política pública que movimentava grande parte do mercado editorial brasileiro e coloca o governo como um dos maiores compradores de livros do mundo. A partir dos valores investidos no PNLD 2020 – vistos no quadro anterior – é possível ter uma noção do tamanho do mercado editorial voltado para livros didáticos no território brasileiro, tornando o ramo dos livros didáticos o mais rentável no espectro nacional.

Devido aos valores consideráveis investidos nesse programa e o impacto econômico gerado, não se pode ignorar as intervenções político-econômicas nos processos de concepção, avaliação e distribuição dos livros, tais como *lobbies* e pressões institucionais geradas sobre escolas e professores quanto à escolha dos livros (GARCIA, 2013), gerando denúncias de ações antiéticas para interferir na escolha de alguns livros em detrimento de outros (MARTINS; SALES; SOUZA, 2009).

Para Castro (1996), a robustez econômica do PNLD faz com que o programa se torne um ambiente propício para o surgimento de teias políticas, econômicas e socioculturais oriundas de atores públicos e privados que são capazes de interferir diretamente em seus processos a partir de demandas específicas. Afinal, “os livros didáticos não são objetos neutros, pelo contrário, são carregados de intenções” (SOUZA, 2018, p. 18) cabendo ao leitor decodificá-las.

Batista (1998), Bourdieu e Chartier (1996) e Chartier (1998) colocam em cheque a veracidade absoluta da leitura e capacidade de decodificação, visto que estas estão submetidas às subjetividades e individualidades dos leitores, sendo passíveis de distorções, manipulações, interpretações dúbias ou desentendimentos.

A partir das reflexões geradas pelos autores, toma-se para esta pesquisa que o livro didático é uma projeção de uma prática educativa idealizada dentro de determinada cultura escolar que representa parcialmente um currículo **prescrito** para alcançar determinado processo educativo. Tal currículo se trata de uma representação do recorte de conhecimentos, valores e culturas organizados, sistematizados e sumarizados a partir de escolhas, de tal modo que esse currículo seja repassado para as gerações seguintes.

Conforme afirma Michael Apple (2000):

o currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma *tradição seletiva*, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo (p.53, grifo do próprio autor).

Desta forma, para compreender o papel do livro didático enquanto objeto de pesquisa, é necessário compreender a cultura escolar e o currículo em que ele está inserido.

2.2. Cultura escolar e currículo

Apple (2000) afirma que “a educação está profundamente implicada na política cultural” (p.53), a qual define diferentes formas e conteúdos a serem estruturados em um currículo para a execução de um plano de educação. Tal currículo evidencia quais desses conteúdos recebem o *status* de saberes; como esses saberes são organizados; quem tem o poder de ensina-los; e quais são as formas apropriadas de demonstrar a aprendizagem desses saberes. Tais questões apontam para como a “dominação e a subordinação são reproduzidas e alternadas nesta sociedade” (p.54). Assim, a seleção dos conteúdos e as formas como são organizados funcionam como elementos de distinção de classe.

O currículo aqui é discutido sob as perspectivas de Ivor Goodson (1998), Jean-Claude Forquin (1993) e Michael Apple (1989, 2000) como um artefato social e

histórico da cultura escolar que representa um projeto educacional a ser desenvolvido para as gerações futuras, sujeito a mudanças, transformações e influências do poder social, econômico e cultural.

Cabe ressaltar que o currículo, na visão destes autores, é um artefato abstrato, ou seja, a concepção total do currículo está presente no plano das ideias, visto que a cultura escolar é entendida como um conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos selecionados, organizados, sequenciados, normalizados e rotinizados que compõem o objeto de transmissão deliberada nas escolas (FORQUIN, 1993).

Desta forma, o currículo só é efetivado a partir dos níveis de prescrição e de ação. O nível de prescrição é representado por objetos concretos que compõe a cultura escolar, sendo estes documentos materiais, tais como planos de curso, parâmetros curriculares, planos pedagógicos e ementas, os quais indicam determinados conhecimentos considerados socialmente válidos pelos sujeitos, instituições e entidades envolvidas no processo de elaboração destes documentos.

Tal validação não é inerente aos conhecimentos dispostos nos currículos prescritos, mas dependentes da seleção realizada por grupos de sujeitos e entidades incumbidos de legitimar tais conhecimentos a partir de critérios que corroborem as expectativas educacionais do contexto em questão. Assim, os conhecimentos dispostos nos currículos prescritos são flexíveis em relação ao contexto cultural, social e econômico em que estão presentes.

O livro didático, enquanto representação parcial do currículo e da cultura escolar, também está diretamente ligado à política cultural. Conforme apresentado pelo historiador Alain Choppin (2004), o livro didático pode desempenhar quatro diferentes funções: (1) função referencial, tendo o livro didático como documento que explicita determinados programas de ensino e suas seleções culturais; (2) função instrumental, na qual o livro didático é utilizado como ferramenta para propor métodos de ensino, exercícios de fixação e/ou construção de conhecimentos, atividades teórico-práticas, reflexivas e/ou cognitivas, além de outras formas de avaliar a execução do programa de ensino; (3) função ideológica e cultural, extrapolando os saberes dispostos pelo programa de ensino possibilitando que o livro didático atue como instrumento de construção e/ou manutenção de identidades

culturais; e (4) função documental, na qual o livro didático carrega documentos textuais e icônicos, tornando-se um retrato temporal do contexto sociocultural em que está inserido. Todas as quatro funções estão explícita ou implicitamente dispostas nos currículos escolares.

A reflexão para a concepção de um currículo carrega uma série de tensões decorrentes da diversidade de variáveis presentes nesse processo as quais devem ser observadas com muita cautela. A validação de conhecimentos selecionados em detrimento dos demais é o que Apple (2000) aponta como influência do poder ao afirmar que o currículo nunca é um conjunto neutro de conhecimentos, mas sim o resultado de uma tradição seletiva que reflete tensões sociais, culturais e econômicas, assim como quais sujeitos ou grupos detém o poder na sociedade.

O alerta indicado por Apple no contexto da concepção do currículo é de identificar quais sujeitos, grupos ou instituições detém o poder de selecionar os conhecimentos que serão tidos como válidos a serem transmitidos para as gerações futuras, quais são suas intenções e quem será beneficiado com essa seleção.

Contudo, as tensões do currículo não findam na concepção do currículo prescrito, visto que o currículo, de fato, só será efetivado a partir das escolhas e práticas do professor (GOODSON, 1998; TORRES, 1998). Neste contexto, a autonomia do professor, a partir de sua formação inicial e continuada, pode (e deve) impactar na forma como o currículo será efetivado nas escolas.

Assim, a autonomia do professor funciona como um mecanismo que regula a execução curricular para que a ação educacional não seja subordinada a uma reprodução de dominação por parte do currículo. É importante que o professor, ciente de suas atribuições e em contato direto com os estudantes, tenha a capacidade de analisar e refletir sobre o contexto social, cultural e geográfico em que esses alunos estão inseridos para atuar da forma que melhor contribua para a construção de conhecimentos. Ressalta-se então a importância da formação docente como uma condição, necessidade e direito para que a atuação do professor ocorra de forma autônoma.

Conforme afirmam Apple (2000) e Garcia (2013), para se pensar seriamente sobre a política cultural da educação, não se pode ignorar os objetivos econômicos, os

valores familiares, as relações de classe, gênero, raça e identidade, pois todos esses elementos estão ligados aos indivíduos que ocupam os espaços escolares. O livro didático enquanto artefato simbólico da cultura escolar e das tensões e disputas de poderes sociais, políticos e culturais, assume o papel de interface entre sociedade e escola.

Apesar do livro não agir por conta própria, estando subordinado a um processo de mediação, seu impacto é incontestável, como já fora afirmado anteriormente. Conforme afirmam Bourdieu e Chartier (1985), “Um livro muda pelo fato de não mudar enquanto o mundo muda”. Desta forma, os professores têm uma grande responsabilidade em criar ou estimular ações para o uso deste material. Tal atribuição oportuniza a própria reflexão didático-pedagógica, principalmente se for estimulada a análise dos livros didáticos – assim como outros recursos e materiais didáticos – em conjunto com seus pares, debatendo sobre seus usos, pontos fortes e fracos, além da recepção dos estudantes quanto a esses materiais e seus usos.

Ao pesquisar sobre a organização e realização do processo de escolha de livros didáticos dentro do espaço escolar, Basso (2015) constatou que, de maneira geral, os professores participaram desse processo de escolha nas escolas em que trabalhavam de forma coletiva, reunindo uma parcela considerável de professores e pedagogos para analisar e manifestar suas ideias e impressões sobre esses materiais a fim de construir argumentos para justificar suas escolhas. Esses momentos de coletividade foram descritos pelos professores de maneira positiva, pois eram momentos em que lhes foi dada a oportunidade de debater, construir e escolher os materiais mais adequados para seus trabalhos em conjunto com seus colegas de profissão.

Dessa forma, a atuação em conjunto com os pares se torna fundamental como prática formativa, principalmente considerando a especificidade da atuação com quatro diferentes linguagens artísticas dentro do componente curricular Arte. Bellochio (2016) afirma que ao pensar em formação docente, “a dimensão interpessoal é fundamental” (p.18), destacando as dinâmicas de aprendizagem com diferentes sujeitos, envolvendo diferentes cursos e diferentes níveis de ensino (graduação e pós-graduação) como dispositivos de formação profissional.

O conceito formação vincula-se com a capacidade assim como a vontade. Em outras palavras, é o indivíduo, a pessoa, o último responsável pela ativação e desenvolvimento dos processos formativos. Isso não quer dizer que a formação seja necessariamente autônoma. É através da formação mútua que os sujeitos podem encontrar contexto de aprendizagem que favoreçam à busca de metas de aperfeiçoamento pessoal e profissional (VALLIANT; 2012, p.29 *apud* BELLOCHIO, 2016, p.18-19).

Assim, pode-se aceitar que o livro didático é necessário como ferramenta de pesquisa, consulta e prática pedagógica, principalmente levando em consideração a atuação polivalente do professor de música que atua da educação básica (BARBOSA; ROMANELLI, 2013; CZMOLA et al. 2020), mas sua existência também incita novos momentos de prática formativa, tratando-se de sua análise, discussão e escolha em conjunto com os pares de profissão.

Para Souza et. al (2001) todas as práticas de educação musical, as quais ocorrem dentro ou fora das instituições de ensino, fazem parte do campo de estudos da educação musical, ao passo que abarcam as relações dos sujeitos com a música, incluindo processos de simbolização, significação, apropriação e transmissão. Assim, o livro didático do PNLD Arte enquanto objeto da cultura escolar que traz representações e conteúdos musicais para favorecer práticas de ensino-aprendizagem se apresenta enquanto um importante objeto dentro da área de educação musical.

2.3. Sobre o Programa Nacional do livro e Material Didático (PNLD)

Segundo o levantamento de Bárbara Freitag, Valéria Motta e Wanderly Costa (1997), a criação do instituto Nacional do Livro (INL) subordinado ao Ministério da Cultura (MEC), em 1937, foi a primeira iniciativa concretizada para garantir a distribuição de obras destinadas à educação. Competia à Coordenação do livro didático – órgão menor inserido no INL – planejar as atividades relacionadas aos livros didáticos e estabelecer convênios com outras instituições a fim de garantir a produção e distribuição de livros didáticos. Em 1939, por meio do Decreto Lei 1.177, foi regulamentada a organização e funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático, responsável por examinar e julgar os livros didáticos em circulação – com foco maior no controle político-ideológico do que na função didática – indicar livros

para tradução e promover concursos para a produção de livros ainda não existentes no país.

De acordo com Freitag, Motta e Costa (1987), durante o regime militar na década de 1960, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) firmou um convênio com a Agência Norte Americana para a instalação de bibliotecas e distribuição gratuita de 51 milhões de livros didáticos para estudantes brasileiros. Apesar de descrita como ajuda pelo MEC, essa iniciativa foi denunciada por críticos da educação brasileira como uma tentativa de controle do mercado de livros didáticos e conseqüentemente de controle ideológico no processo educacional brasileiro. A COLTED foi extinta em 1971 quando foi criado o Programa do livro Didático (PLID). Em 1983, foi instituída a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão subordinado ao MEC que ficou incumbido de desenvolver programas de assistência para a educação básica, incluindo a organização do Programa do Livro Didático.

Foi criado o Programa Nacional do Livro Didático em 1985, sugerindo que a escolha dos livros fosse realizada pelos professores que os utilizam em sala de aula, visando descentralizar a administração do programa. De acordo com Garcia (2014), a avaliação dos livros didáticos passou a ser entendida como uma etapa essencial do PNLD a partir de 1993, objetivando, além da distribuição, a garantia de qualidade e a durabilidade dos materiais resultando em alterações expressivas nos conteúdos e designs dos livros didáticos ao longo das décadas. Para isso, o programa contou com comitês anuais de avaliação formados por especialistas convidados pelo Ministério da Educação, os quais assessoravam o processo avaliativo e passaram a produzir um guia com os critérios e pareceres elaborados a respeito de cada livro didático aprovado no programa.

Os Guias do livro PNLD passaram a fazer parte do programa como material de suporte para auxiliar os professores na escolha dos materiais. Para Garcia (2014), a avaliação e oferta do Guia do livro PNLD acabou criando um modelo de programa interessante, pois ao mesmo tempo em que reforçava as diretrizes pretendidas para o sistema de educação, evitava o problema de “o mesmo livro didático para todos”, situação considerada inaceitável pela autora levando em conta a diversidade da cultura escolar do Brasil.

A partir do Decreto Nº 9.099 de 2017, dentre outras mudanças, o programa passou a incluir também materiais didáticos, além dos livros, e teve seu nome alterado para Programa Nacional do Livro e Material Didático. Dentre os materiais, estão inclusos os CD's e DVD's para a reprodução de áudios, vídeos ou conteúdos audiovisuais, livros em versão digital e em versão MECDaisy³. Considerando os produtos de inovação, as necessidades tecnológicas, os modelos de acessibilidade, dentre outras possibilidades, tais mudanças no PNLD reforçam o poder dos argumentos sociais, políticos e econômicos e os impactos que eles causam nas escolhas e definições de políticas educacionais.

No contexto atual, o PNLD é conduzido anualmente pelo FNDE, cujo objetivo é a aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos para os alunos da rede pública de educação básica por todo o território nacional. De acordo com o FNDE, o programa consiste em 8 etapas. São elas: (1) o período de adesão das escolas ao programa, do lançamento de um edital de convocação para as editoras que tenham interesse em participar e de inscrição das editoras; (2) a realização de uma triagem dos livros inscritos realizada por uma comissão técnica em parceria com as universidades federais; (3) a aprovação das obras inscritas e o lançamento do “Guia do Livro Didático”, parecer elaborado pela equipe técnica para auxiliar os envolvidos na escolha dos materiais; (4) o período de análise e escolha dos agentes educacionais das escolas pelo material que pretendem utilizar e a confirmação do pedido segundo o modelo de escolha adotado por cada rede de ensino; (5) a negociação entre o FNDE e as editoras sobre os valores dos livros a partir das quantidades escolhidas; (6) o período de produção dos livros, aquisição e análise da qualidade; (7) a distribuição às escolas e confirmação do recebimento; (8) o monitoramento e avaliação dos processos.

Ainda no Decreto Nº 9.099 de 2017, o FNDE passou a disponibilizar três diferentes modelos de escolha dos livros e materiais às escolas participantes: (1) Material único para cada escola; (2) Material único para grupos de escolas; (3) Material único para toda a rede de ensino. A inserção dos modelos de material único para um grupo de escolas ou para toda a rede de ensino se apresenta como possíveis

³ O projeto MECDaisy possibilita o acesso dos livros no formato Daisy, tecnologia que permite conjugar textos, áudios e imagens, tornando esses conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência visual ou física.

soluções para problemas econômicos e logísticos, mas pode interferir diretamente na autonomia do professor, o qual perde a garantia de que sua escolha será respeitada, uma vez que há a possibilidade de receber livros distintos daqueles que haviam sido escolhidos. Tal possibilidade remonta ao contexto descrito como inaceitável por Garcia (2014), referindo-se à homogeneização dos livros didáticos para diferentes culturas escolares. Mesmo considerando apenas a esfera estadual, há uma grande diferença entre o contexto cultural dos grandes centros urbanos e das áreas rurais, apenas para citar um fator.

Assim, o PNLD se apresenta como um programa complexo, mobilizando atuação conjunta de diversos agentes educacionais, dos entes federados, além de uma vasta operação logística e de um grande montante econômico envolvido, fatores os quais justificam o acompanhamento de pesquisadores em suas diversas etapas.

2.3.1. PNLD Arte

A Arte foi estabelecida enquanto componente curricular obrigatório na educação básica pela LDB Nº 9.394 de 1996, mas ainda em um contexto genérico. Houve uma alteração significativa em Arte somente em 2008, com a aprovação da Lei Nº 11.769, a qual definiu a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de música dentro desse componente curricular. Segundo Souza (2010):

A disciplina Arte deve garantir que os alunos vivenciem e compreendam aspectos técnicos, criativos e simbólicos em música, artes visuais, teatro, dança e suas interconexões. Para tal é necessário um trabalho organizado, consistente, por meio de atividades artísticas relacionadas com as experiências e necessidades da sociedade em que os alunos vivem (p.3).

Desta forma, iniciou-se um movimento para garantir a qualidade da formação e prática docente e conseqüentemente, garantir a qualidade das práticas de ensino de artes na educação básica. Partindo do entendimento que a produção e distribuição de livros didáticos poderiam contribuir com essa formação, é possível concluir os espaços políticos conquistados, tal qual a inserção do componente Arte no PNLD com um edital específico no ano de 2013; e a inserção das linguagens artísticas artes visuais, dança e teatro (além da música) a serem trabalhadas em Arte pela Lei Nº 13.278 de 2016 foram resultados obtidos por conta desse movimento.

O edital exclusivo para o componente Arte se deu, em parte, pela necessidade adquirir livros e materiais que atendessem as demandas profissionais e que pudessem garantir o trabalho com as diferentes linguagens artísticas. Dentre essas necessidades, destaca-se o reconhecimento da Arte enquanto área de conhecimento inserido em uma política pública. Essa necessidade de reconhecimento vai ao encontro ao pressuposto defendido por Apple sobre o poder de seleção de conteúdos que compõem o currículo. Uma vez que Arte passa a ocupar um espaço oficialmente aceito como prestigioso, o valor atribuído aos conhecimentos desta área também ganha maior relevância. A importância dada a esse status de poder é descrito no próprio Guia do PNLD Arte de 2015:

Esta é a primeira vez que os alunos do ensino médio recebem livro didático do componente curricular Arte. [...] uma vez que saber Arte é um direito do aluno. Também é importante porque o reconhecimento da Arte num Programa de Estado gera conhecimento específico que pode ser ensinado, aprendido e avaliado [...] A concepção que guiou todas as etapas avaliativas pertinentes ao PNLD/2015 parte do pressuposto de que a Arte, como componente curricular do ensino médio no Brasil, deve ter seus conceitos e procedimentos de criação respeitados, não sendo, portanto, tomada como mera ferramenta para facilitar a aprendizagem dos conteúdos de outros componentes (2015, p.7).

O próprio reconhecimento das especificidades dos procedimentos de ensino-aprendizagem das artes criou uma demanda de materiais com esses fins. Desta forma, aspectos visuais e auditivos se tornaram importantes critérios técnicos exigidos em edital para a participação no programa, tais como a qualidade e escala de ilustrações, fotografias, reproduções de obras, qualidade de gravação de áudio e vídeo em CD's e DVD's, fidelidade dos timbres de instrumentos musicais entre diversos outros fatores.

Ao refletir sobre um livro didático voltado para a Arte na educação básica como objeto de pesquisa, é possível partir de diferentes abordagens, tal como a análise epistemológica, análise de conteúdo, análise de discurso, análise de proposições metodológicas, análise sociocultural, entre diversos outros tipos de análise.

Contudo, além do livro enquanto objeto, é necessário considerar também a relação do livro com a formação e atuação docente, visto que esta relação é o elo entre o que é proposto pelo livro, o que será concretizado em sala de aula e como essas ações serão executadas. Aqui, destacam-se algumas questões importantes levantadas por Schilichta, Romanelli e Teuber (2018): [...] leva-se em conta o modelo para qual o

professor é formado? Que avanços propõem? O livro didático em Arte joga na manutenção ou na extinção da prática de um único professor trabalhar as quatro linguagens? (p.318)

Essas problemáticas envolvendo a formação do professor como leitor e usuário do livro didático foram algumas das inquietações que motivaram a realização desta pesquisa e serão aprofundadas no capítulo seguinte.

3. O livro didático na formação docente

Para Antônio Nóvoa (1995), a formação docente é um processo constante de construção de identidade profissional a partir da análise e reflexão das próprias experiências vividas no âmbito educacional. O autor traz três A's (ações) que servem como pilares na construção da identidade docente:

- A de Adesão, porque ser professor implica sempre a adesão a princípios e a valores, a adoção de projectos, um investimento positivo nas potencialidades das crianças e dos jovens;
- A de Acção, porque também aqui, na escolha das melhores maneiras de agir, se jogam decisões do foro profissional e do foro pessoal. Todos sabemos que certas técnicas e métodos “colam” melhor com a nossa maneira de ser do que outros. Todos sabemos que o sucesso ou insucesso de certas experiências “marcam” a nossa postura pedagógica, fazendo-nos sentir bem ou mal com aquela maneira de trabalhar na sala de aula;
- A de Autoconsciência, porque em última análise tudo se decide no processo de reflexão que o professor leva a cabo sobre a sua própria acção. É uma dimensão decisiva da profissão docente, na medida em que a mudança e a inovação pedagógica estão intimamente dependentes deste pensamento reflexivo (NÓVOA, 1995, p.16).

Freire corrobora essa ideia ao afirmar que “não existe formação momentânea, formação do começo, formação do fim de carreira. [...] Formação é uma experiência permanente, que não para nunca” (2001, p.245 *apud* MANZKE, 2019).

De acordo com Tardif (2012), durante a atuação prática em sala de aula, o professor mobiliza os saberes docentes, os quais são construídos socialmente, visto que são frutos de um esforço individual e coletivo, partilhados entre professores no contexto escolar. Tais saberes são oriundos de experiências conscientes e inconscientes, fazendo com que somente a instrução não permita ao professor acessar todos os saberes, mas que sirvam como ponto de partida e condição para o seu desenvolvimento.

Segundo o mesmo autor, esses saberes se compõem, “na verdade, de vários saberes provenientes de diferentes fontes” (p.33). Dentre essas fontes, destacam-se a família, a escola primária, a escola secundária, as instituições de ensino superior, os programas de formação continuada e a própria escola na qual atua.

A partir dessas premissas, entende-se que o início de qualquer processo sistematizado de formação docente ocorre desde as primeiras experiências escolares vividas enquanto aluno. Apesar de o termo formação inicial usualmente ser atribuído

enquanto processo a partir dos cursos superiores de licenciatura ou do magistério, não se pode negar o impacto das experiências prévias enquanto alunos. Partindo dessa ideia, Barcelos e Villani (2006) afirmam que a formação inicial (dos cursos superiores ou do magistério) se apresenta como um processo para promover “os saberes docentes que constituam um guia da ação docente e das correspondentes escolhas didáticas” (2006, p.75).

A partir da conscientização de experiências educacionais já vividas e da reflexão sobre suas próprias práticas, ocorre o desenvolvimento da autonomia docente, ou seja, um processo de referência autobiográfica durante a constituição de sua própria identidade docente. Para estes autores, as escolhas pedagógicas e epistemológicas fazem parte da formação da identidade docente. Assim, entende-se que o processo de análise e escolha de livros didáticos também é entendido como um processo formativo.

Deve-se considerar também o contexto histórico-político da educação brasileira para entender o ponto de chegada atual e novas possibilidades para o futuro em relação à formação docente. De acordo com Saviani (2009), a ideia de educação como política de Estado surge no Brasil somente após a proclamação da independência em 1822, com alguns ensaios sobre a necessidade de formar professores e a criação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, a qual “obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo” (p.144).

Com o estabelecimento de diretrizes básicas para a formação de professores nas Escolas Normais, houve uma expansão na rede de educação, culminando na reforma paulista que atrelava as Escolas Normais às escolas-modelo, possibilitando que os professores em formação pudessem atuar em campo.

Dentre as reformas educacionais, destacaram-se as de “Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando Azevedo em São Paulo, em 1933” (p.144), ambas ligadas ao pensamento escolanovista, nas quais foram instaurados os Institutos de Educação que visavam atribuir à formação não apenas um espaço para perpetuar o domínio de conteúdos, mas também como espaço de pesquisa.

Os dois institutos foram posteriormente elevados ao nível universitário, incorporados à universidade de São Paulo e à universidade do Distrito Federal,

respectivamente. Neste contexto, a organização dos cursos superiores de pedagogia e licenciaturas adotavam o modelo “3+1”, no qual os professores passavam três anos estudando disciplinas específicas (conteúdos) e um ano para a formação didática (forma).

A promulgação da Lei 5.692/71 modificou os ensinos primário e médio, consequentemente modificando a estrutura da formação docente para a atuação nesses níveis. As Escolas Normais foram substituídas pelas habilitações específicas para exercício de magistério. A habilitação básica com duração de três anos habilitaria o professor de atuar até a 4ª série enquanto a de quatro anos de duração habilitaria atuar até a 6ª série. Para a atuação nos últimos anos do 1º grau (atual anos finais do ensino fundamental) e em todo o 2º grau (atual ensino médio), era prevista a formação em nível superior em cursos de licenciatura curta (duração de três anos) ou plena (duração de quatro anos).

Mesmo com o fim do regime militar, Saviani (2009) afirma que a promulgação da LDB de 1996 não atingiu as expectativas referentes à formação docente, visto que a Lei tendeu a nivelá-la por baixo. Ao longo de dois séculos de história de formação docente institucionalizada, Saviani aponta que “as mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas” (p.148).

A dicotomia entre conteúdos culturais-cognitivos e aspectos didático-pedagógicos se mantém presente durante toda a história da formação docente e ainda não foi resolvida. Este dilema, conforme aponta Saviani, é resultado da dissociação de aspectos indissociáveis: o conteúdo e a forma.

Para o autor, os livros didáticos se apresentam como uma possibilidade concreta de ponto de partida para recuperar a indissociabilidade desses aspectos, pois “mal ou bem os livros didáticos fazem a articulação entre a forma e o conteúdo” (p.151). Tal fato pode ser verificado pela diferença dos livros didáticos sob influências de determinadas teorias e práticas.

Quando predominava a pedagogia tradicional, os livros didáticos eram sisudos, centravam-se nos conteúdos e se dirigiam ao intelecto dos alunos, solicitando sua capacidade de memorização. Quando passou a predominar a influência escolanovista, os livros didáticos se tornaram coloridos, ilustrados, com sugestões

de atividades, buscando estimular a iniciativa dos alunos (SAVIANI, 2009, p.152).

Analisar os livros, portanto, possibilitaria uma compreensão da relação entre forma e conteúdo presente nos ambientes escolares. De acordo com François-Marie Gérard e Xavier Roegiers (1998), os livros didáticos, em relação aos professores, preenchem essencialmente funções de formação, contribuindo como instrumentos que permitem aos professores auxiliar em “um melhor desempenho nos processo de ensino-aprendizagem” (p.89).

Tal função formativa é, inclusive, prevista no edital do PNLD 2020 (2018)⁴ como um tópico obrigatório, podendo resultar na exclusão da coleção no processo de triagem e avaliação do comitê técnico caso essa função não seja considerada adequada. Cabe ressaltar que tal avaliação difere da realizada pelos professores. Ocorrem, portanto, duas etapas de avaliação em momentos distintos, com objetivos distintos por grupos distintos.

A primeira etapa de avaliação é realizada por um comitê técnico para avaliar as coleções a partir de critérios técnicos, pedagógicos e epistemológicos, tomando como base a legislação vigente, a BNCC e o próprio edital. A segunda etapa de avaliação, em tese, deveria ser realizada pelos professores das escolas, consistindo em uma instância de prática formativa.

Entretanto, não há mecanismos no programa que garantam a execução esperada desta etapa. Segundo o levantamento de Garcia (2014), o processo de escolha segue de três formas: (1) na situação em que o professor realmente participa, discute e opina; (2) na situação em que o nível de participação é baixo devido ao curto prazo para a análise ou pela falta de comunicação entre os professores; (3) na situação em que os professores não participam sendo a escolha delegada a outro profissional.

Para Sacristán (*apud* MARTINS; SALES; SOUZA, 2009), os professores só podem exercer sua autonomia sobre determinado assunto se tiverem se apropriado e vivido experiências reflexivas e qualificadas sobre tal assunto. De acordo com Chartier (2002), a apropriação está ligada à pluralidade de interpretações,

⁴ O edital de referência é lançado com 2 anos de antecedência ao ano de distribuição dos livros, o qual acompanha o nome do programa. Por este motivo há uma dupla data ao referenciar o programa e seus documentos.

entendimentos e conclusões, que são resultantes da liberdade e autonomia dos leitores. Somente por meio dessa liberdade criativa do leitor é que a apropriação pode ocorrer de modo plural. Assim, a apropriação não se dá apenas pela leitura, mas envolve o processo de construção de significados a partir da leitura e, retomando a afirmação de Sacristán, o processo de construção de significados se dá pela vivência de experiências reflexivas.

Portanto, a questão sobre a escolha dos livros extrapola o momento em que a ação (leitura) ocorre, abrangendo também a formação docente (apropriação e processo de construção de significados). Para Martins, Sales e Souza (2009), discutir os critérios de escolha é relacioná-los à formação do professor, aos quais deve ser dada a oportunidade de dominar os saberes e competências necessários para escolher o livro didático.

Entretanto, os livros didáticos, segundo Garcia (2013), não têm sido objeto de estudo contemplado nos espaços de formação inicial e continuada de professores. A autora afirma que por conta dessa ausência em cursos, encontros, assessoramentos, e outras atividades promovidas pelas administrações dos sistemas educacionais, os professores têm pouca oportunidade de debater, estudar, analisar e avaliar os livros que utilizam ou que poderiam utilizar. Para Rockwell (*apud* GARCIA, 2013), a análise dos livros tem “potencial para o desenvolvimento da compreensão sobre conteúdos e métodos de ensino, das relações entre concepções teóricas e estratégias didáticas, de propostas diferenciadas de avaliação, entre outros temas” (p.89).

Entretanto, conforme afirmam Josiane Lopes e Regina Schambeck (2014):

[...] não será fácil mudar o ensino se não mudam os conteúdos, os procedimentos, os contextos de realização dos currículos. E pouco adiantará fazer reformas curriculares se estas não forem relacionadas à formação e à atuação dos professores (p.128).

A partir da criação da BNCC como documento normativo e do Decreto N° 9.099 de 2017, que dispõe sobre o PNLD, o livro didático passa a ser produzido abrangendo também o objetivo de auxiliar na implementação da base e, conseqüentemente, o processo de avaliação dos livros recebe um novo critério a ser analisado. Conforme afirmado anteriormente, o PNLD convoca profissionais especialistas para compor o comitê técnico avaliador que aprova ou exclui

determinadas coleções do programa e elabora um guia descritivo sobre as coleções aprovadas a ser disponibilizado pelo FNDE para auxiliar os professores no momento de suas escolhas. Entretanto, o programa não oferece nenhum mecanismo que garanta a participação e autonomia dos professores nesse momento.

Além da ausência de mecanismos no PNLD e da temática de análise de livros na formação inicial e continuada, o tempo disponível para a análise e avaliação de diversas coleções de livros didáticos organizados no cronograma do programa também interfere na possibilidade de esmiuçar esses materiais com a qualidade e seriedade necessárias para que o professor consiga realizar uma escolha autônoma e consciente. No levantamento realizado por Garcia (2014), apenas uma escola conseguiu organizar grupos de professores por disciplina durante as horas formativas para discutirem a escolha do livro. Em outros casos, os professores discutiam (quando discutiam) nos intervalos ao longo do dia.

Em resumo, apesar da disponibilidade do Guia do livro PNLD – documento elaborado pelo comitê técnico avaliativo do programa, o qual apresenta uma síntese de cada coleção para auxiliar o professor em sua escolha – a autora afirma que as escolas se baseiam em outros critérios. Conforme apontam Tolentino Neto (2003) e Marcelo Moraes (2018), em alguns casos o Guia do PNLD é pouco utilizado durante o processo de escolha, mostrando que pode haver algumas falhas nos mecanismos do programa, tanto na divulgação e acesso a esse material quanto no prazo para análise (do guia e das coleções).

Garcia (2014) destaca os critérios afinidade e experiência como alguns dos mais utilizados pelos professores. Muitos dos professores sentem dificuldades em trabalhar com livros didáticos que ainda não conhecem, optando muitas vezes por escolher um livro já conhecido ou que já tenham trabalhado em anos anteriores. Professores iniciantes e/ou menos experientes também optam por acatar a escolha dos colegas que trabalham a mais tempo na escola. Para a autora, “considerando a limitação imposta pelo prazo e a dificuldade em acessar os livros, os professores entendem que a experiência é um critério que pode contribuir para realizar a melhor escolha” (GARCIA, 2014, p.20, tradução nossa).

O edital de 2018 referente aos livros didáticos a serem utilizados a partir de 2020, dispôs o período entre 4 e 16 de Setembro de 2019 (nove dias úteis) para que as escolas pudessem realizar a escolha através de um aplicativo disponível no endereço eletrônico do FNDE. Na ótica de Olga Magalhães, “a tarefa de analisar e optar por um ou outro livro didático tornou-se cada vez mais complexa, sendo os professores confrontados com um número muito elevado de manuais para análise em períodos de tempo relativamente escassos” (*apud* GARCIA, 2013, p.24).

Além disso, pesquisas como as de Cassab (2003), Tolentino Neto (2003), Lima e Silva (2010), Zambon (2012) apontam para a heterogeneidade de critérios que são levados em conta pelos professores, tais como linguagem direcionada ao aluno, contextualização, diagramação, qualidade gráfica, proposição e experimentações.

Outro ponto de dificuldade, não só para os professores, mas também para as equipes gestoras é a organização do processo de escolha e do consenso de critérios, visto que na maior parte das escolas existe mais de um professor para cada disciplina. Como organizar um grupo de professores para debater e analisar os livros didáticos? Como garantir a autonomia docente sem abandonar o projeto político pedagógico institucional? Como proceder caso haja entrega de um material único para todas as escolas da rede, mas que não foi o escolhido pela sua instituição?⁵ Pelas pesquisas apresentadas aqui, é possível perceber que existem respostas para essas perguntas, mas que são factíveis somente em uma pequena parcela de escolas.

Essas são algumas reflexões levantadas a partir das problemáticas que envolvem os livros didáticos no contexto de formação docente e que também valem para a particularidade do componente curricular Arte. Cabem aqui, inclusive, algumas reflexões particulares desse componente curricular: como garantir a qualidade da reflexão e escolha de livros didáticos pelo professor de Arte que é formado em uma ou nenhuma das linguagens artísticas? O professor deve buscar a isonomia entre as linguagens artísticas ao realizar a escolha do livro?

O FNDE se comunica com as secretarias estaduais e municipais, repassando informes sobre as etapas, os prazos e os procedimentos a serem realizados para que as

⁵ Questão evidenciada principalmente por conta da possibilidade de escolha de materiais por escola, por grupo de escolas ou por todas as escolas da rede conforme Decreto N° 9.099 de 2017.

escolas informem as coleções de livros didáticos escolhidas, mas não fornece nenhuma diretriz organizacional sobre como esse processo deve ser realizado. De um lado, a ausência de uma diretriz não garante a participação dos professores no processo de escolha, nem cria incentivos para a realização de determinada prática, de outro, não interfere na autonomia das escolas em elaborar próprio plano de avaliação.

No caso do PNLD 2020, a SEED-PR realizou uma consulta pública⁶ com 22 mil estudantes e 9 mil professores para elencar características do que seria considerado um “bom livro didático” e apontar alguns critérios que poderiam ser levados em consideração no momento da escolha das coleções de livros didáticos:

Quadro 2 – Características levantadas pela SEED sobre bons livros didáticos

- Organização de conteúdos próxima ao do Referencial Curricular do Paraná;
- Comentários e sugestões relacionadas a estratégias exequíveis e possíveis de serem aplicadas em sala de aula;
- Possibilidade de adaptação aos textos e conteúdos referentes a assuntos do contexto local;
- Sugestões de novas intervenções pedagógicas e revisões das estratégias de ensino, caso se observe que não houve domínio do conteúdo;
- Sugestões de diferentes metodologias para o trabalho com estudantes com dificuldades de aprendizado, com deficiência e altas habilidades;
- Sugestões para gestão de sala de aula, como sugestão de tempo de duração de cada atividade, possibilidades para organização da sala de aula etc.;
- Comentários, sugestões e respostas das atividades em destaque para facilitar a visualização.

Fonte: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Escolha-do-Livro-Didatico-obras-mais-escolhidas-pelos-professores-serao-utilizadas-em-toda>

Neste caso, partiu da própria secretaria estadual a iniciativa de propor um diálogo para que as escolas participassem ativamente do PNLD. Contudo, também não se tem nenhum dado sobre a influência dessa consulta realizada pela SEED-PR nos critérios utilizados pelos professores durante a escolha das coleções de livros didáticos. Serão necessárias pesquisas futuras para entender essas questões relacionadas à comunicação entre o FNDE, às secretarias estaduais e municipais de educação e às escolas que compõem essas redes e às possibilidades de práticas

⁶ Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/FNDE-inicia-periodo-para-escolha-PNLD-2020>

formativas envolvendo o processo de escolha dos livros didáticos, inclusive dialogando com as universidades, seus professores e discentes.

3.1. Os livros e a formação docente em música

Para aprofundar o debate entre os livros didáticos e a formação docente em música, é importante elucidar a perspectiva histórica do componente curricular Arte na educação básica brasileira e no PNLDB, no qual a música está inserida. Desde a LDB 5.692 de 1971, a Educação Artística, componente curricular da época, já considerava as diferentes linguagens artísticas que deveriam ser trabalhadas na educação básica. Entretanto, o contexto apresentado era o da prática recreativa com a atuação de professores polivalentes (MICHELATO, 2015). Com a promulgação da Lei Nº 9.394 de 1996, os cursos superiores de Educação Artística com diferentes habilitações foram alterados para licenciaturas especializadas em cada uma das linguagens artísticas, mas devido à flexibilidade da lei e ao contexto polivalente, a prática *laissez-faire*⁷ continuou permeando a realidade nas aulas de Arte.

Segundo Sérgio Figueiredo (2017), os cursos de licenciatura abordam a formação geral de professores, apresentando conteúdos e metodologias de ensino específicos sempre em consonância com a legislação vigente. Desta forma, pensar na estrutura da formação docente incide em pensar sobre legislação. Além disso, conforme afirma Souza (2018), “é importante ressaltar que a prática pedagógica da arte é constituída socialmente” (p.21), reforçando a necessidade de conquista e manutenção de espaços nas políticas públicas para certificar que o Estado financie e atue na garantia do papel social das artes e na valorização de suas especificidades.

Essas premissas evidenciam os contextos da educação apontados por Apple (2000): cultural, político e econômico. Entretanto, ao analisar os documentos normativos que tratam da formação de professores de música, Figueiredo aponta que “o estudo da legislação ou das políticas educacionais não é parte efetiva de seu processo formativo pela ausência de inclusão ou aprofundamento destas temáticas ao longo dos cursos” (2017, p.36).

⁷ Termo utilizado para classificar a carência metodológica no contexto escolar, solicitando uma livre expressão artística dos estudantes por meio do “deixar fazer”, sem quaisquer fundamentos.

Segundo o autor, tal condição pode resultar em dificuldades nos processos de elaboração, avaliação, revisão e proposição de normas que extrapolem o ambiente da sala de aula (*ibid*, 2017). Além de concordar com a perspectiva da formação constante e reflexiva destacada por Nóvoa, este autor se preocupa também na formação docente visando a proposição de ações que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira na instituição Estado, além da Escola. Para Souza (2018):

[...] a música na escola já deveria ter ultrapassado o status de potencial ferramenta didática há tempos. A música enquanto área de saber institucionalizada, deve conferir o desenvolvimento de competências e habilidades que levem à compreensão do discurso musical em todos os seus níveis (2018, p.239).

Após muitos debates e reflexões para a valorização dos conhecimentos artísticos, o componente curricular Arte foi implementado no PNLD a partir do ano de 2015, com coleções distribuídas para as escolas do Ensino Médio. No ano seguinte, as coleções aprovadas foram distribuídas para as escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Finalmente, em 2017, foram distribuídas as coleções aprovadas para as escolas dos anos finais do Ensino Fundamental, fazendo com que o PNLD contemplasse todas as escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio do país⁸.

A partir do Decreto Nº 9.099 de 2017, foram estabelecidas novas diretrizes para a realização do PNLD e foram inseridos novos objetivos para as coleções participantes do programa. Dentre eles, auxiliar na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e oferecer auxílio formativo didático-pedagógico por meio do manual do professor – já presente anteriormente no programa, porém enfatizando em “apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor” (BRASIL, 2017). Tais objetivos passaram a ser critérios obrigatórios para que as coleções pudessem ser aprovadas no processo de avaliação pedagógica realizada por um equipe técnica (etapa 2 do PNLD) a partir do edital lançado em 2017.

Para Bellochio (2003) e Mateiro (2003), debater sobre a concepção de formação docente implica pensar tanto nos espaços de práticas formativas quanto nos espaços de atuação profissional dos egressos. Assim, “a concepção de formação, de

⁸ Até o ano de 2019, os editais do PNLD previam o ciclo de uso dos livros didáticos pelo período de três anos, com editais lançados alternadamente. A partir do PNLD 2020, a previsão do ciclo de uso passou a ser de quatro anos.

forma histórica, está intrinsecamente relacionada com o perfil do egresso do sistema formador e suas possibilidades de atuação profissional” (BELLOCHIO, 2003). Dessa forma “é preciso entender a condição da profissão do professor para além da formação inicial e, dessa forma, potencializar a própria vida do professor, em suas práticas educativas e formação permanente, como indicador de suas tomadas de decisões, escolhas, habilidade e competências profissionais” (BELLOCHIO, 2003, p. 18-19).

Com base na ideia de Nóvoa (1995) sobre a formação docente como o processo de construção de uma identidade profissional resultante da reflexão crítica pessoal sobre as próprias escolhas, práticas educativas, necessidades e condições de trabalho; a escolha e apropriação do livro didático se apresenta como uma possibilidade de experiência formativa, visto que o trabalho docente, além da formação inicial e das ações em sala de aula, compreende também o envolvimento do professor com o planejamento e a reflexão sobre suas práticas político-pedagógicas (DEL-BEN et al., 2019; BELLOCHIO, 2003). Desta forma, formar-se professor é tanto uma necessidade quanto uma condição e um direito do trabalho do professor.

No contexto da educação básica brasileira, a meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) propõe que todos os professores atuantes na educação básica possuam formação de nível superior nas suas áreas de atuação a partir de cursos de licenciatura. Entretanto, para além da formação específica de nível superior, o currículo de Arte acrescenta uma dificuldade de outra natureza devido ao seu caráter polivalente. Do ponto de vista legal, o professor deve possuir a habilitação de uma das linguagens artísticas para garantir o cumprimento da meta, mas como ficam as demais? Como não privilegiar determinada linguagem artística em detrimento das demais? Como garantir o direito dos estudantes a acessar todas as linguagens artísticas? Quais são as ações realizadas para garantir que o professor consiga atuar com todas as linguagens artísticas?

Conforme Schilichta, Romanelli e Teuber (2018), considerando que, em tese, os livros didáticos do PNLD Arte estão presentes em todas as escolas públicas do país, investigar como esses são escolhidos e usados dentro dos ambientes escolares é importante para também mobilizar o debate sobre formação de professores de Arte e, reconhecendo suas ausências na formação inicial e continuada, pensar em quais

espaços os livros didáticos poderiam ocupar nos currículos de formação de professores.

Além disso, a Lei Nº13.174 de 2015 adiciona ao ensino superior a finalidade de aproximação entre os níveis escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior). Portanto, compete ao ensino superior, não somente ofertar a formação inicial dos professores, mas também aproximar os diferentes níveis escolares, tendo a reflexão sobre currículo, o incentivo à análise de livros didáticos e a participação na formação continuada dos professores da educação básica como possibilidades para realizar esta aproximação. Segundo afirmam Barcelos e Villani:

A falta de projetos que fortaleçam os vínculos entre a educação superior nas instituições formadoras as instituições de educação básica, para que haja entre a universidade e a escola, parece tornar a formação inicial muito teórica e pouco realista. (BARCELOS; VILLANI, 2006, p. 74).

Em face à abrangência da legislação e da BNCC no que se refere aos conteúdos e objetivos de ensino, o livro didático, enquanto objeto representativo do currículo e da cultura escolar, pode servir de ponto de partida para a identificação de uma estrutura curricular de música na educação básica. Assim, a relação entre os livros didáticos e a formação de professores de música pode criar um espaço formativo para se debater e refletir sobre a música na educação básica, pensando na própria análise do livro didático como uma prática formativa, independente do formato de escolha adotado pelos sistemas educativos municipais ou estaduais e quais os livros serão recebidos como resultado dessa escolha.

Entretanto, conforme relatado na seção anterior, seriam necessárias novas pesquisas para identificar as possibilidades de práticas formativas envolvendo a análise e escolha dos livros didáticos e se as escolhas, de fato, representam as análises realizadas. Acredita-se que a consistência dos diálogos entre universidades e secretarias estaduais e municipais de educação para promover grupos de análise de livros didáticos possa favorecer as trocas de saberes docentes entre professores atuantes na educação básica, professores formadores e discentes dos cursos de licenciatura sobre a temática dos livros didáticos.

Devido ao caráter recente do ingresso do componente curricular Arte no PNLD, é compreensível que pouco se saiba sobre seu impacto na cultura escolar.

Entretanto, é importante que haja investigações para reconhecer se os objetivos formativos propostos para os manuais do professor estão sendo concretizados, assim como reconhecer se os professores têm, de fato, autonomia para escolher de forma crítica e consciente os livros que irão utilizar nas escolas, bem como reconhecer se o atual modelo de escolha do PNLD garante que o professor terá condições de exercer essa autonomia.

Dessa forma, a consistência de diálogos entre escolas e universidades poderia promover momentos de ricas práticas formativas entre professores especialistas em música e professores generalistas que atuam no componente curricular Arte.

Ao investigar o espaço que os livros didáticos ocupam nos currículos da formação inicial dos professores de música das instituições de ensino superior do estado do Paraná, essa pesquisa se propõe a arranhar indiretamente uma das superfícies que envolvem a etapa de escolha desse complexo programa e vislumbrar possibilidades para que a música continue tendo espaço e valor na educação básica.

3.2. Os professores de Arte na rede estadual de educação do Paraná

Considerando a importância da formação, não apenas inicial, mas ao longo da carreira do professor, fez-se necessário compreender qual é a estrutura para que o professor planeje, atue e reflita em um constante processo de formação no contexto do estado do Paraná. A legislação estadual vigente é a Lei Complementar Nº 103 de 15 de Março de 2004 deferida pela Assembleia Legislativa do Paraná, a qual institui e dispõe sobre o plano de carreira do professor da rede estadual de educação básica do Paraná.

Em seu parágrafo III do Art. 3º, a formação continuada é evidenciada como um princípio garantido aos professores para sua valorização, seu aperfeiçoamento profissional e para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população do estado. Quanto ao ingresso, o Art. 7º e 8º preveem sua ocorrência mediante concurso público ou, em caso de vacância, por meio de processos seletivos simplificados (PSS) com duração de dois anos.

Ao buscar no portal da transparência do estado do Paraná⁹, o último concurso encontrado para a contratação de professores e pedagogos foi realizado no ano de 2007, com editais de convocação referente a este mesmo concurso sendo lançados até o ano de 2020. Também em consulta à mesma plataforma, foram encontrados registros de convocação de professores e pedagogos com vínculo REPR (professor em regime especial) e REPE (pedagogo em regime especial) via PSS (Processo Seletivo Simplificado) a partir do ano de 2012. Tais vínculos de regime especial tratam-se de contratos temporários, nos quais os professores e pedagogos não têm perspectiva de estabilidade e progressão de carreira. No mesmo portal, é possível encontrar o número total de professores da rede de educação básica do estado do Paraná. Filtrando os resultados por tipo de vínculo e área de atuação, encontrou-se os resultados conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 – Consulta de Professores e Pedagogos do Estado do Paraná por vínculo e área de atuação

	REPR*	QPM-P**	QPM-E***	Total
2020				
Arte	51	2.119	15	2.185
Arte Dramática	0	8	0	8
Desenho	1	1	0	2
Geral	52	2.128	15	2.195
2021				
Arte	31	2.101	11	2.143
Arte Dramática	0	8	0	8
Desenho	1	1	0	2
Geral	32	2.110	11	2.153
* Regime Especial - Professor ** Quadro próprio do magistério - Professor *** Quadro próprio do magistério - Especialista				

Fonte: Portal da transparência do Paraná. Organizado pelo autor.

⁹ Disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/10/56?origem=4>

Ainda no portal da transparência, ao consultar o número de professores e pedagogos por disciplina, houve uma divergência entre o número total encontrado na busca anterior. Os resultados estão apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 4 – Consulta de Professores e Pedagogos do Estado do Paraná por disciplina

Disciplina	20h	40h	Total
2020			
Arte	787	0	787
Educação Artística	1640	129	1769
Geral	2427	129	2.556
2021			
Arte	787	0	787
Educação Artística	1.634	128	1.762
Geral	2.421	128	2.549

Fonte: Portal da transparência do Paraná. Organizado pelo autor.

Quadro 5 – Diferença do número de Professores e Pedagogos entre buscas por vínculo e área de atuação e por disciplina

Ano	Busca por disciplina	Busca por vínculo e área de atuação	Diferença entre buscas
2020	2.556	2.195	361
2021	2.549	2.153	396

Fonte: Portal da transparência do Paraná. Organizado pelo autor.

Uma das hipóteses é que a diferença do valor entre as buscas represente professores que atuam com outro tipo de vínculo ou em outras áreas. Entretanto, não é somente o número total de professores o principal elemento nesta análise, mas também o tempo que estes se dedicam a docência em sala de aula e fora dela. Para isto, foram levados em conta o número de professores por disciplina e as suas cargas horárias de vínculo com a rede estadual, conforme o Quadro 4.

Segundo o Art. 2º da Lei 11.738 de julho de 2008 que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, na “composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. Desta forma, têm-se o mínimo de um terço da carga horária de trabalho dedicada ao planejamento, organização pedagógica e formação continuada. Para a realidade paranaense, vale-se da mesma Lei Complementar Nº 103 de 2004. Segundo o Art. 29º e o Art. 31º dessa Lei, os regimes de trabalho podem ter 20 ou 40 horas semanais, sendo que 20% dessa carga horária corresponde a hora-atividade¹⁰. Considera-se também que a jornada de trabalho é dada em hora-relógio, conforme resoluções da SEED.

Assim, calcula-se a carga horária total possível de ser realizada em sala de aula referente à disciplina de Arte a partir do número total de professores que atuam na rede estadual e seus respectivos regimes de trabalho.

Quadro 6 – Horas possíveis de acordo com dados do Quadro 4

Carga horária total por semana	Carga horária com educandos por semana	Quantidade de professores	Horas possíveis com educandos por semana
2020			
20h	16h	2.427	38.832h
40h	32h	129	4.128h
Total	-	-	42.960h
2021			
20h	16h	2.421	38.736h
40h	32h	128	4.096h
Total	-	-	42.832h

Fonte: Portal da transparência do Paraná. Organizado pelo autor.

¹⁰ O inciso VIII do Art. 4 da Lei Complementar Nº 103 de 2004 aponta a hora-atividade como “tempo reservado ao Professor em exercício de docência para estudos, avaliação e planejamento, realizado preferencialmente de forma coletiva”.

Acessando também as informações sobre o número de turmas e matrículas da rede, calcula-se a quantidade de horas necessárias para suprir a demanda total do currículo de Arte.

Quadro 7 – Número de matrículas e turmas na rede estadual do Paraná no ano de 2020

2020	
Nº de Matrículas	1.026.940
Nº de Turmas	47.581
Média de matrículas por turma	21
2021	
Nº de Matrículas	1.026.940
Nº de Turmas	47.581
Média de matrículas por turma	21

Fonte: Portal da transparência do Paraná. Organizado pelo autor.

Quadro 8 – horas de Arte necessárias para número de turmas da rede estadual

Nº de turmas	Carga horária semanal de Arte	Carga horária necessária para atender à rede	Horas disponíveis por professores da rede
2020			
47.581	2h/a ~ 1,6h	76.129h	42.960h
2021			
43.538	2/a~1,6h	69.660h	42.832h

Fonte: o autor.

Pelos dados dos quadros anteriores, nota-se um descompasso entre a quantidade de horas necessárias para atender toda a rede estadual e a quantidade de horas possíveis de serem realizadas por professores de Arte da rede estadual no ano de 2020 (56,43%) e 2021 (61,48%). Algumas das possibilidades para esse resultado são

o quórum insuficiente de professores de Arte na rede estadual; dados parciais apresentados no portal da transparência; não contabilização de professores com vínculo REPR; ou professores com outras formações atuando nas aulas de Arte. A discrepância do número total de professores vinculados à rede nas buscas por diferentes categorias, pode indicar algumas das hipóteses citadas anteriormente.

Independente das razões pelas quais essa discrepância foi gerada, o fato dela existir aponta que pode haver uma sobrecarga no corpo docente atuante no componente curricular Arte com horas de trabalho não contabilizadas ou uma precarização da mesma pela atuação de professores de outras áreas ou pela não atuação. Esta é a realidade inferida a partir dos dados obtidos no portal da transparência e pela legislação vigente. Contudo, seriam necessárias novas pesquisas de caráter etnográfico para compreender com maior precisão a realidade desse contexto.

Considerando-se tal hipótese citada anteriormente – em relação à necessidade de convocar professores não especialistas em qualquer uma das quatro linguagens artísticas para suprir a demanda de turmas – o livro didático de Arte se constitui enquanto um material pedagógico essencial para dar o mínimo suporte técnico necessário ao professor para sua atuação possa ocorrer de forma significativa, crítica e estética, evidenciando – como bem apresentado por Saviani (2009) – conteúdos específicos da área de conhecimento assim como processos didático-pedagógicos para tornas esses conteúdos assimiláveis pelos alunos, buscando distanciar a atuação polivalente da prática *laissez-faire*.

Para Forquin (1982), por mais que os sujeitos – e especialmente as crianças – sejam espontaneamente criadores, qualquer educação artística que ignore as considerações técnicas, seja por negligência, purismo ou fetichismo, está condenado “à estagnação e à autodestruição” (p.34).

No momento da realização desta pesquisa, há também a tramitação da Instrução Normativa Conjunta Nº11 de 2020, pela qual a SEED, atendendo à reforma do Ensino Médio proposta pela União por meio da Lei Nº13.415 de 2017, alteraria parte da matriz curricular. Desta forma, as disciplinas Arte, Filosofia e Sociologia

teriam suas cargas horárias reduzidas em 50% para que a matriz curricular possa comportar a disciplina Educação Financeira.

A previsão para o início desta nova normativa é no primeiro semestre de 2021. Caso essa normativa venha a se concretizar, o total de horas de atuação em sala de aula por parte dos professores de Arte será mais próximo dos 100% da demanda da rede mesmo que o quadro de profissionais e de turmas se mantenham inalterados.

Esta ação representa uma falsa solução para o problema apresentado, visto que o componente curricular Arte, enquanto disciplina única nas escolas públicas do Paraná, apresenta uma carga horária limitada considerando as especificidades das quatro linguagens artísticas obrigatórias; não conta com professores suficientes para atender a demanda; além destes não terem a formação específica para atuarem com todas as linguagens. Reduzir, portanto, a carga horária deste componente curricular potencializa os problemas levantados anteriormente em uma tentativa de mascarar os problemas existentes ao invés de resolvê-los.

Após esse levantamento sobre a carga horária dos professores de Arte na rede estadual do Paraná, retoma-se a problemática apontada anteriormente sobre o tempo disponível para a realização da escolha do livro didático. Considerando que 20% da carga horária é dedicada ao planejamento, à formação e, incluindo neste caso, à escolha dos livros didáticos, e considerando também o prazo de nove dias úteis disponibilizados pelo edital do PNLD 2018, somente três dentre os nove dias seriam utilizados, de fato, para analisar, debater, escolher e cadastrar a escolha no portal do FNDE.

Deve-se levar em consideração que a SEED-PR optou, para o ano de 2020, pelo terceiro modelo ofertado pelo FNDE, no qual ocorre a distribuição de um material único para todas as escolas da rede escolhido pela maioria. Considerando o modelo escolhido pela SEED-PR e a falta de um mecanismo ou diretriz que garanta a participação dos professores no processo de análise e escolha dos livros didáticos, mesmo superando a fragilidade do caráter polivalente do componente curricular Arte e as dificuldades de organização e atuação em um cronograma de poucos dias, a autonomia do professor que atua na rede estadual do Paraná corre riscos, uma vez que

sua demanda por determinada coleção pode não ser atendida em razão de uma homogeneização dos livros didáticos utilizados em toda a rede.

4. Metodologia

Conforme apresentado no decorrer do trabalho, foi levantada a questão: Qual é o espaço que os livros didáticos do PNLDA Arte ocupam nos currículos dos cursos de licenciatura em música do estado do Paraná? Com o objetivo de investigar se esses espaços existem e quais são eles, levando em consideração a perspectiva sobre o currículo prescrito enquanto documento concreto e o currículo efetivo enquanto ação pela intervenção do professor (GOODSON, 1998; TORRES, 1998), optou-se por utilizar dois diferentes delineamentos: a pesquisa documental e o levantamento de campo. Pesquisa documental – mais detalhado na seção – e levantamento de campo a partir de Gil (2008) com mais detalhes na seção 4.3.

Os procedimentos realizados foram: (1) o levantamento e análise dos planos político-pedagógicos, matrizes curriculares e ementas das disciplinas presentes nos cursos; e (2) e uma consulta aos professores formadores para identificar elementos que pudessem evidenciar sua relação com os livros didáticos e a presença desses livros nos currículos dos cursos em que atuam.

Segundo Stake (1995 *apud* MATEIRO, 2009), os documentos escritos podem fornecer informações que o pesquisador não consegue observar diretamente no campo empírico. Desta forma, a intenção de utilizar os delineamentos em conjunto foi que um pudesse subsidiar informações complementares ao outro. Para Mateiro, a análise de projetos pedagógicos permite compreender a concepção, a organização e o contexto da ação educacional (2009, p. 58).

O levantamento de campo foi analisado sob a perspectiva qualitativa, buscando identificar e discutir a qualidade das respostas. A abordagem quantitativa foi utilizada somente para reconhecer o alcance da amostra em relação à população e validar as inferências realizadas a partir dos dados coletados, mas não se configurou enquanto conjunto de dados para análise estatística.

Compreendendo as complexidades das variáveis que envolvem as pesquisas das humanidades, Adriano Holanda (2006) afirma que a pesquisa qualitativa “destaca ou revela certos elementos da natureza humana, os quais as metodologias quantificadoras têm dificuldades de acessar” (p. 370). Segundo Valdez Lima

(2019), as pesquisas qualitativas caracterizam-se pelo “compromisso com a compreensão de aspectos específicos dos contextos sociais/culturais dos fenômenos estudados, sempre com a intenção de promover a expansão do conhecimento” (p.17).

Desta forma, as etapas do levantamento de campo foram realizadas de acordo com a proposta de Deslauriers e Kérisit (2008), na qual a pesquisa qualitativa é construída sob em cinco etapas. Na primeira etapa, o pesquisador propõe uma questão como fio condutor da pesquisa, na segunda, ele colhe informações para respondê-la, em seguida trata os dados obtidos, analisa-os e, na etapa final, tenta demonstrar como os resultados obtidos permitem responder ao seu problema inicial. Moreira e Caleffe (2008) corroboram esta visão adicionando apenas uma etapa antes da coleta de dados: a realização de um estudo-piloto.

Assim, elaborada a questão desta pesquisa, foram colhidos os documentos das IES e foi criado questionário para levantar as informações pretendidas dos professores formadores. Foi realizado um estudo-piloto para testar o questionário e após readequações, foi realizado um segundo estudo-piloto com professores externos à população pretendida para validá-lo. Após a obtenção dos dados, foram realizadas análise de conteúdo (dos documentos) e análise textual discursiva (do questionário).

4.1. Descrição da população e da amostra

Após consulta no portal e-MEC¹¹ foram identificadas 13 instituições de ensino superior (IES) que ofertam cursos superiores de graduação em música no estado do Paraná. Destas instituições, 11 ofertam a habilitação em licenciatura, mas somente 8 foram consideradas para esta pesquisa devido ao caráter presencial dos cursos. Como o recorte desta pesquisa se debruça sobre o contexto do estado do Paraná, foram desconsideradas as instituições que ofertam o curso apenas na modalidade EAD.

¹¹ Portal e-MEC: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

Quadro 9 – Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de música no estado do Paraná (e-MEC)

Instituição de Ensino Superior	Habilitação em música ofertada
Centro Universitário Claretiano	Licenciatura *
Centro Universitário Internacional (Uninter)	Licenciatura *
Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi)	Licenciatura *
Faculdade de Cascavel (Unopar)	Licenciatura
Pontifícia universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	Licenciatura / Bacharelado
Universidade Cesumar (Unicesumar)	Licenciatura *
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Licenciatura
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Licenciatura / Bacharelado
Universidade Estadual de ponta Grossa (UEPG)	Licenciatura
Universidade Estadual do Paraná Campus I (EMBAP)	Licenciatura / Bacharelado
Universidade Estadual do Paraná Campus I (FAP)	Licenciatura / Bacharelado
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	Bacharelado
Universidade Federal do Paraná	Licenciatura / Bacharelado
* Oferta exclusivamente na modalidade educação à distância (EAD)	

Fonte: e-MEC. Organizado pelo autor.

Foi necessário acessar o endereço eletrônico de cada uma das oito IES para acessar os planos pedagógicos, matrizes curriculares e ementários, além de identificar a quantidade de professores formadores que comporiam a população da pesquisa. Entretanto, havia algumas inconsistências nas informações disponibilizadas. Quanto aos documentos, após consulta aos endereços eletrônicos, nem todos estavam disponíveis. Quanto aos docentes, muitos endereços eletrônicos disponibilizavam os nomes dos integrantes do corpo docente, mas nem todos apresentavam seus e-mails. Algumas IES disponibilizavam nomes e e-mails de todos os integrantes do corpo docente, algumas dividiam o corpo docente entre atuantes nos cursos de bacharelado,

licenciatura, algumas forneciam apenas o nome e contato do responsável pela coordenação do curso.

Para estabelecer a população, foram coletados todos os nomes dos docentes atuantes nos cursos de licenciatura em música. Nos casos em que não havia diferenciação entre docentes das habilitações bacharelado e licenciatura, todos os docentes foram considerados.

Pelo fato do objetivo da pesquisa investigar os espaços dos livros didáticos do PNLD nos currículos dos cursos de licenciatura em música, buscou-se considerar todos os professores que atuam nesses cursos e que de alguma forma estão presentes no processo de formação inicial dos licenciandos, independente da área de atuação ou especificidade técnica. As disciplinas em que os professores atuam não foram um critério de exclusão, visto que quaisquer disciplinas correspondem a uma parte do currículo, mas não representam o todo. Desta forma, foi organizada uma lista com nomes e contatos encontrados nos endereços eletrônicos, totalizando a população em 80 professores.

Por ser uma população total com um número relativamente baixo e acessível dentro do escopo dessa pesquisa, definiu-se como amostra todos os professores da lista que pudessem ser contatados via e-mail. Ao todo, foram levantados 45 *e-mails* de professores dos cursos de música. Na tentativa de ampliar a amostra para um número mais próximo possível da população, optou-se por realizar um contato inicial com os coordenadores de curso para que divulgassem o questionário da pesquisa e também confirmassem possíveis contatos que ainda não tinham sido alcançados.

4.2. Análise documental

Os documentos normativos dispostos pelas IES definem os currículos prescritos para os cursos de licenciatura em música pautados na legislação educacional brasileira, como bem apontado por Figueiredo (2017). Mais precisamente, a LDB de 1996 – que institui sobre a educação básica nacional – as Resoluções Nº 1 e 2 de 2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE) – as quais instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da

educação básica – e a Resolução N°2 do CNE de 2015 – a qual institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em nível superior dos cursos de licenciatura e formação continuada.

Entendendo os documentos das IES enquanto representações dos currículos prescritos que “pertencem ao campo de pesquisa da área de educação musical no âmbito de uma realidade planejada, intencional e possível” (MATEIRO, 2009, p.65) e “no âmbito das relações da música com outras disciplinas” (*ibid*), a análise destes documentos se apresentou como uma solução parcial à questão desse trabalho, tomando como princípio que:

[...] o estudo e a análise de projetos pedagógicos permite compreender a concepção (estudante, professor e conteúdo), a organização (regulamentos e discurso, instituição e economia, agentes externos) e o contexto (dimensão histórica, sociocultural) da ação educacional (MATEIRO, 2009, p. 58).

Além disso, Mateiro (2009) afirma os cursos de licenciatura em música são relativamente novos e ainda foram pouco estudados considerando os cursos enquanto objeto de análise. Para discutir sobre os currículos dos cursos de Licenciatura em Música, inicialmente foram consultados os planos pedagógicos, matrizes curriculares e ementários disponíveis nos endereços eletrônicos de cada IES. Após analisar as respostas dos docentes (descritas nas próximas seções), optou-se por analisar também os regulamentos de Estágio Supervisionado de cada curso, visto que foi a disciplina com maior incidência de respostas sobre a presença do livro didático. Foram encontrados os documentos de cada IES conforme o quadro a seguir¹²:

¹² Optou-se por não ocultar o nome das instituições, pois entende-se que os objetivos e dados levantados não as expõem de modo depreciativo.

Quadro 10 – Documentos levantados de cada IES que estão disponíveis online

IES	Plano Pedagógico de Curso	Matriz Curricular	Ementário	Regulamento de Estágio Supervisionado (Licenciatura em Música)
PUC-PR		√		
UEL	√	√	√	√
UEM		√	√	√
UEPG		√	√	√*
Unespar I		√		√
Unespar II	√	√	√	√
UFPR	√	√	√	√

* Este regulamento abarca todas as licenciaturas presenciais, sem especificidade da Licenciatura em Música.

Fonte: o autor.

Todos esses documentos foram construídos com base na Resolução N° 2 de 8 de Março de 2004 do CNE/CES (Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior) que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Licenciatura em Música. De acordo com esse documento normativo, os cursos devem objetivar a formação do egresso com o perfil capacitado para atuação docente na sociedade, visando desenvolver o pensamento reflexivo, a sensibilidade artística e estética, as técnicas composicionais, a diversidade e repertório entre outras aptidões inerentes à área da Música (CNE, 2004).

Em seu Art. 7º, o documento caracteriza o Estágio Supervisionado como um componente curricular dedicado “à consolidação dos desempenhos profissionais desejados” (2004) e delega ao colegiado das próprias IES a organização e a criação de um regulamento sobre tal componente curricular. Desta forma, as IES têm autonomia para estabelecer quais atividades serão realizadas, quais meios serão disponibilizados para essas atividades, como será feita a supervisão e quais serão os critérios de

avaliação dos discentes, sem ignorar o contexto geográfico, social, econômico e político no qual estão inseridas.

Nos regulamentos do Estágio Supervisionado analisados, os campos de estágio são caracterizados como instituições públicas ou privadas do ensino básico, escolas de música especializadas, projetos sociais, ONGs, igrejas, entre outros espaços.

Entretanto, ao consultar as ementas das disciplinas, há uma preferência substancial pela atuação do estagiário em instituições de educação básica no componente curricular Estágio Supervisionado. Grande parte dos currículos aponta que o Estágio Supervisionado é subsidiado por disciplinas preparatórias para a atuação docente, tais como Didática do Ensino da Música, Pedagogias do Ensino da Música, Metodologia do Ensino da Música ou outros nomes semelhantes com similaridades também na descrição da ementa. Nestas disciplinas, há uma abertura para possíveis atuações em outros espaços, instituições e projetos sociais de educação e ensino informal.

Apesar dos regulamentos possibilitarem atuações em diversos campos de estágio para que tanto a instituição quanto o discente possam exercer suas autonomias de escolha quanto ao próprio processo formativo, os currículos prescritos transparecem a pretensão de que os discentes atuem, inevitavelmente, na educação básica formal.

Portanto, a partir de menções explícitas identificadas na análise destes documentos foi possível perceber que há uma abertura para a preparação, o planejamento, a análise de materiais didáticos (incluindo os livros, objetos desta dissertação), a atuação e a formação docente visando o campo da educação básica, mas não com exclusividade.

Mesmo que os currículos prescritos privilegiem a atuação dos discentes na educação básica formal durante o Estágio Supervisionado, o levantamento feito por Solange Maranhão Gomes (2016, 2018) com 215 egressos dos cursos de licenciatura em música do Paraná aponta que dentre os egressos que atuam como professores de música, 32% o fazem na educação básica, enquanto 69,5% atuam em outros espaços que não a educação básica. A pesquisa transparece também que há uma demanda de

professores atuantes na educação infantil, mas que são absorvidos principalmente pela rede privada.

Segundo a pesquisadora, isso se deve ao fato de haver uma escassez de concursos públicos municipais e a predileção pela atuação única de um professor pedagogo nesse nível educacional. Em relação ao ensino fundamental e médio, não há concursos no estado do Paraná voltados para o professor de música, sendo exigida a licenciatura em uma das linguagens artísticas previstas em lei para a atuação no componente curricular Arte.

Além disso, conforme apresentado anteriormente, houve um aumento significativo de editais de contratos temporários por meio de PSS, os quais não oferecem estabilidade para a formação continuada e o desenvolvimento de plano de carreira docente.

O perfil objetivado pelos documentos institucionais, os objetivos dos cursos oriundos das normativas federais, assim como a atribuição ao ensino superior da aproximação entre os demais níveis de educação foram alguns dos pontos de tensão levantados a partir dos documentos analisados, os quais demonstram que há uma disputa de poder na construção dos currículos prescritos dos cursos de Licenciatura em Música das IES do Paraná e que não podem ser ignorados ao tentar compreender a realidade destes ambientes educacionais.

Reitera-se, portanto, que os documentos das instituições apontam de forma explícita para a presença curricular de livros didáticos ao longo da formação inicial dos professores de música. Contudo, não há apontamentos de quais são esses livros, em que momento eles são apresentados e em quais contextos são analisados.

4.3. Levantamento de campo (*Survey*)

No escopo desta pesquisa, foi adotado o termo levantamento de campo a partir da perspectiva de Gil (2008), o qual afirma que “as pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (p. 55). Assim, no levantamento de campo (ou *survey*) “à medida que as

próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores” (*ibid*).

Segundo o autor, nos levantamentos, não são estudados todos os integrantes da população, mas sim uma amostra significativa selecionada a partir de critérios definidos no delineamento da pesquisa. Desta forma, tomou-se o termo população para definir todos os integrantes do universo estudado (professores formadores dos cursos de licenciatura em música) e o termo amostra para definir o grupo selecionado dentro desta população a partir dos critérios do delineamento da pesquisa.

Para o autor, esse delineamento é recomendado para estudos descritivos e apresenta as vantagens de velocidade, economia e quantificação dos dados obtidos. Moreira e Caleffe (2008) apontam o questionário e a entrevista como principais ferramentas de coleta para o levantamento de campo.

O questionário – disponível como apêndice – foi construído por meio da plataforma *Google Forms*, distribuído aos professores formadores por meio de endereço eletrônico. Ao todo foram elaboradas 12 questões divididas em três categorias: (1) Identificação do respondente; (2) Identificação do currículo da IES e (3) Visão do respondente sobre livros didáticos.

Para a construção das questões, foram utilizadas as ferramentas caixa de seleção, múltipla escolha e caixa de texto. Nas questões com caixas de seleção, foram apresentadas opções de resposta sendo que os respondentes poderiam marcar mais de uma opção. Nas questões de múltipla escolha, foram apresentadas afirmações seguidas de cinco opções de respostas que representavam o grau de concordância ou discordância com determinada afirmação. Estas últimas foram construídas baseadas na escala de tipo Likert. Optou-se pelo uso da escala do tipo Likert de cinco pontos devido a maior velocidade e facilidade de resposta além de demonstrar com maior precisão a opinião dos respondentes (DALMORO; VIEIRA, 2013).

As respostas do levantamento de campo foram lidas e discutidas sob a ótica da análise textual discursiva proposta por Roque Moraes e Maria Galiuzzi (2006). Para estes autores, essa:

é uma metodologia exigente, solicitando intensa impregnação do pesquisador. Este, ao longo do processo, é desafiado a reconstruir seus entendimentos de ciência e de pesquisa, no mesmo movimento em que reconstrói e torna mais complexas suas compreensões dos fenômenos que investiga (p.126).

Para este tipo de análise, o pesquisador não parte com um caminho traçado, mas precisa constantemente construí-lo e reconstruí-lo ao longo do processo para assim avançar sobre ele, sendo uma etapa fundamental para a interpretação dos dados (*ibid*, p.125). Assim como o currículo nunca é neutro, na visão de Apple (2000), a objetividade da análise também esta sujeita à subjetividade da relação do pesquisador com o objeto pesquisado (MORAES apud MORAES; GALIAZZI, 2006, p.122).

Moraes e Galiuzzi (2006) afirmam que este é um caminho de pesquisa válido pois atualiza o significado da análise ao invés de se buscar uma confirmação de hipóteses pré-estabelecidas. As tensões encontradas a cada nova leitura durante o estudo dos objetos impactaram diretamente as inferências realizadas ao ler as respostas obtidas, resultando em diversos momentos construção, desconstrução e reconstrução de resultados. Assim, partiu-se de uma hipótese inicial sobre a ausência dos livros didáticos nos currículos dos cursos de licenciatura em música, mas que foi se atualizando a partir das respostas analisadas.

4.4. Categorização

Esta foi uma etapa realizada no levantamento de campo. As questões foram elaboradas com categorias prévias, em relação aos seus objetivos (Identificação do respondente; Identificação do currículo da IES; Visão do docente sobre livros didáticos). Porém, algumas das categorias foram organizadas a partir da análise as respostas coletadas.

Para a identificação dos respondentes buscou-se distinguir a IES a qual o mesmo pertencia e se atua como docente, coordenador de curso ou outra função, ressaltando que o respondente poderia escolher mais de uma opção caso necessário. Além disso, buscou-se verificar se este já havia analisado, estudado ou explorado algum livro do PNLD Arte.

Quanto à identificação do currículo da IES, buscou-se verificar se, na visão do respondente, o livro didático estava presente no currículo e, em caso afirmativo, em quais disciplinas o discente teria a oportunidade de explorá-lo e/ou analisá-lo.

Já na terceira categoria, buscou-se analisar a visão dos respondentes sobre a finalidade de um livro didático e sua importância durante o processo de formação inicial. Quanto à finalidade, as respostas foram categorizadas quanto a função, seguindo a proposta de Choppin (2004), além de identificar a quem os livros didáticos são destinados na visão dos professores formadores.

A categorização das respostas foi realizada a partir da identificação de palavras-chave as quais representam indícios da funcionalidade do livro didático na visão do professor, tais como instrumento; ferramenta; consulta; suporte e organização de conteúdos. Quanto à importância dos livros didáticos no processo de formação inicial, foram elaboradas questões de múltipla escolha utilizando a escala de tipo Likert e categorizando-as em concordância, discordância ou neutralidade.

5. Procedimentos e análise dos dados

Para padronizar o contato com os representantes de todas as IES, optou-se pelo envio do questionário por e-mail somente aos coordenadores dos cursos para que estes encaminhassem o questionário aos demais professores. Junto ao questionário, foi solicitada uma confirmação do recebimento do mesmo. Além disso, também foram solicitados os e-mails dos professores, caso preferissem que o questionário fosse enviado diretamente pelo pesquisador. Caso não houvesse retorno dos coordenadores em até 10 dias, uma nova mensagem seria encaminhada aos e-mails dos professores coletados nos endereços eletrônicos das IES.

Uma das IES foi descartada da pesquisa visto que não havia registro do curso de música no endereço eletrônico da IES. Ao entrar em contato com a equipe de suporte da instituição no dia 17 de Novembro, o curso foi alegado como inativo.

Um estudo piloto foi realizado em duas etapas nos dias 17 e 30 de novembro de 2020 respectivamente. A primeira etapa foi realizada com o orientador e os pares do grupo de pesquisa resultando em alterações de texto, sequenciamento de questões e formatação geral do questionário. A segunda etapa foi realizada com dois professores externos à amostra selecionada, os quais atuam em IES em cursos de pós-graduação em música. O objetivo do piloto foi avaliar a qualidade da ferramenta e a pertinência das questões em relação aos dados que pretendiam ser coletados.

Após a realização do estudo piloto, o questionário foi encaminhado para os coordenadores das sete IES definidas como campo desta pesquisa no dia 4 de Dezembro de 2020, para que estes encaminhassem o questionário aos demais professores ou informassem outros contatos caso assim o desejassem, conforme protocolo descrito anteriormente. No dia 6 de dezembro, um dos coordenadores encaminhou três e-mails de professores que não constavam na lista. No dia 15 de dezembro, foi enviado o questionário para os e-mails dos professores das IES as quais os coordenadores não haviam informado o recebimento do mesmo. No dia 4 de janeiro, foi recebida mais uma resposta com nove e-mails de professores que não constavam na lista.

Ao todo, foram enviados 57 e-mails, sendo que nove destes acusaram problemas no envio por conta de estarem desabilitados ou não existirem. Desta forma, o total de e-mails válidos enviados foi 48. Cabe ressaltar que os e-mails adicionais recebidos em resposta não constavam na lista da população, mas os nomes dos docentes sim. Assim, a população geral permaneceu como sendo 80 e a amostra acabou se tornando 48. Os 15 respondentes correspondem a 18,75% da população, enquanto se considerando somente os e-mails válidos enviados, o número de respondentes corresponde a 31,25% da amostra selecionada.

Quadro 11 – Alcance da pesquisa

	Número absoluto	Porcentagem em relação à amostra selecionada	Porcentagem em relação à população
População Total	80	-	100%
Amostra selecionada	48	100%	60%
Amostra alcançada	15	31,25%	18,75%

Fonte: o autor.

5.1. Identificação dos respondentes

Mesmo com o alcance de 31,25% da amostra, foram alcançados representantes de todas as IES definidas como campo desta pesquisa. O número de respostas por IES excedeu o número de respondentes, visto que um dos respondentes compõe o corpo docente de mais de uma IES. Apesar de ter aparecido como resposta de um dos participantes, a instituição Uninter não foi abarcada nesta pesquisa por não prever a modalidade presencial, conforme descrito anteriormente.

Quadro 12 – Número de respondentes de cada IES

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	2
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1
Universidade Estadual do Paraná – Campus I (EMBAP)	3
Universidade Estadual do Paraná – Campus II (FAP)	3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2
Uninter	1

Fonte: o autor.

Dentre os respondentes, somente um se caracterizou como coordenador de curso, enquanto os outros 14 responderam como docentes. Havia a possibilidade de se identificar em ambas as funções, mas essa não foi a realidade de nenhum respondente.

Sobre o contato dos professores formadores com algum livro do PNLD Arte, optou-se pela resposta em caixa de texto. As respostas foram categorizadas em (1) Sim, (2) Não e (3) Parcialmente:

Quadro 13 – Contato dos professores formadores com livros didáticos do PNLD Arte

Sim	5 (33,33%%)
Não	8 (53,34%)
Parcialmente	2 (13,33%%)

Fonte: o autor.

Dentre as respostas categorizadas em Sim ou Parcialmente, somente três respostas citam quais foram os livros didáticos estudados e/ou analisados. Foram citados cinco livros, sendo esses Percursos da Arte (1), da editora Scipione; Arte em Interação (2), da editora IBEP; Por toda pArte (3), da editora FTD; Janelas da Arte (1), da editora IBEP; e Mosaico Arte (1), da editora Scipione.

O número de professores formadores que não tiveram contato com livros didáticos do PNLD Arte apresentado a partir desta questão pode indicar que o livro didático do PNLD não é um material tão presente no contexto dos cursos de licenciatura em música e ainda há um caminho a ser percorrido para que estes assumam ou não um espaço nesses currículos. Acredita-se que essa ausência se deve, principalmente, ao curto período entre a inserção do componente curricular Arte no PNLD, que ocorreu a partir de 2015 e a realização desta pesquisa que pudesse resultar em qualquer tipo de mudança curricular nos documentos normativos dos cursos de licenciatura em música.

Dentre os cinco professores que confirmaram que já haviam tido contato e/ou analisado esses livros, um dos respondentes justificou que já conhecia alguns dos livros por atuar concomitantemente no ensino superior e na rede de educação básica do Paraná.

Sim. Além de professora universitária, atuo no ensino básico estadual do Paraná desde 2015. Tive a oportunidade de participar de 2 processos de escolha do livro didático nas escolas em que trabalhei [...] (Professora formadora D, 2020)¹³.

O questionário não tinha como objetivo identificar a motivação dos professores formadores para analisar os livros didáticos do PNLD Arte, contudo, a justificativa apresentada por um respondente indica a potencialidade da formação continuada e da ação conjunta entre o campo universitário com a realidade da educação básica, ressaltando o próprio compromisso da universidade com a formação continuada de seus professores formadores, uma vez que a motivação desse respondente se deu pela necessidade do trabalho enquanto professor da rede estadual. Quanto aos demais professores, não foi identificada a motivação para a análise dos livros didáticos de Arte do PNLD.

5.2. Espaço do livro didático na formação inicial

Nesta seção, foram apresentadas duas questões com o intuito de verificar se os livros didáticos para a educação básica estão presentes na formação dos discentes,

¹³ Devido à resposta identificar o respondente como professora, optou-se por referenciá-la com os artigos do gênero feminino.

a partir da visão dos respondentes. A primeira, de múltipla escolha, questionava diretamente se os livros didáticos são estudados, explorados e/ou analisados pelos discentes durante o curso.

Quadro 14 – Contato dos discentes com livros didáticos para a educação básica

Sim	8 (53,34%)
Não	2 (13,33%)
Parcialmente	4 (26,66%)
Não sei informar	1 (6,67%)

Fonte: o autor.

A segunda questão se apresentava como continuidade dentre as respostas afirmativas, mesmo que parcialmente (80%). Tratou-se de questionar em quais as disciplinas ocorrem o contato, exploração e/ou análise de livros didáticos para a educação básica, sendo possível marcar mais de uma alternativa. As respostas estão organizadas no seguinte quadro:

Quadro 15 – Disciplinas com a presença de livros didáticos para a educação básica

Abordagens criativas no ensino de música	1
Didática do ensino de música	2
Educação musical	4
Educação musical e currículo	1
Educação musical e diversidade	1
Estágio supervisionado em Educação Musical	8
Fundamentos da Educação Musical	1
Instrumento musicalizador	1
Metodologia do ensino de música	1
Música popular brasileira na educação básica	1
Laboratório de Educação Musical	1
Pedagogias em Educação Musical	3
Prática pedagógico-musical	2
Práticas pedagógicas em Educação Musical	1
Projetos em Educação Musical	1
Tecnologias na Educação Musical	2
Ensino de música na educação básica	1
Pedagogia do instrumento	1

Fonte: o autor.

As opções de resposta foram apresentadas conforme os nomes das disciplinas presentes nos documentos das instituições. Ao todo havia 27 opções de resposta, sendo que 18 apareceram como disciplinas em que os livros didáticos estão inseridos. Nota-se que a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Musical concentrou o maior número de respostas em relação à presença dos livros didáticos para a educação básica, uma vez que esta disciplina apresentava o nome em comum. Analisando as demais disciplinas, percebe-se que a maioria se trata de disciplinas preparatórias para o estágio supervisionado que, ao contrário do estágio supervisionado, possuem nomes distintos nos currículos de cada IES, corroborando as

afirmações dos documentos analisados, os quais apontam para a atuação dos licenciados prioritariamente na educação básica.

Esta questão não restringiu a noção de livros didáticos ao escopo do PNLD. Assim, identifica-se o livro didático como uma importante ferramenta no processo formativo principalmente no contexto da inserção do discente no campo de atuação do estágio e conseqüentemente na construção de sua identidade docente. Apesar de identificar alguns espaços que o livro didático ocupa no currículo dos cursos de licenciatura em música, não se identificou as finalidades de seu uso. Apesar de coletar a visão dos professores formadores sobre as finalidades de um livro didático – apresentados na próxima seção – não é possível afirmar, mas apenas especular que essas visões pautam a ação formativa sobre os livros didáticos. Tais especulações abrem portas para novas investigações.

5.3. Visão dos professores formadores sobre livros didáticos

Buscou-se identificar nesta categoria a visão dos docentes formadores sobre a finalidade e a relevância dos livros didáticos utilizando uma questão de texto aberto e seis questões objetivas baseadas na escala Likert de cinco pontos. Na questão de caráter aberto, o termo livro didático foi apresentado propositalmente de modo abrangente com o intuito de não interferir nas interpretações de cada respondente sobre o que seria um livro didático. Buscou-se identificar as funções dos livros didáticos descritas pelos respondentes e categoriza-las conforme Choppin (2004). Tal categorização das respostas resultou no quadro apresentado a seguir:

Quadro 16 – Categorização das respostas sobre finalidade do livro didático

Função	Número de aparições nas respostas
Referencial	12
Instrumental	8
Ideológica Cultural	3
Documental	0

Fonte: o autor.

O caráter referencial do livro didático, apontado por grande parte dos docentes (80%), indica a forte relação que este objeto tem com a finalidade de implementação curricular.

Organizar e classificar conteúdos, gerar novas ideias (Professor formador A, 2020)

Contribui para a organização de conteúdos, é um suporte para professores e alunos, e, embora nem sempre explícita para seus usuários, se sedimenta em concepções e abordagens epistemológicas que direcionam pensamentos e condutas (Professor formador C, 2020).

Seja lido pelo professor ou pelo aluno, o livro indica um caminho a ser seguido e os conhecimentos escolhidos que devem ser aprendidos no percurso educacional, mostrando-se como um objeto que assume fortemente o papel de currículo editado na cultura escolar.

A função instrumental também fica em evidência a partir de sua identificação em 53,3% das respostas, as quais atribuem proposições de práticas pedagógicas para o ensino como funções essenciais para um livro didático.

Oferecer alternativas e ideias para as práticas em sala de aula dos professores (Professor formador E, 2020).

[...] o foco de trabalho deve ser o de repertoriar o professor para o trabalho no dia a dia com educação musical (Professor formador J, 2020).

A relação entre a visão dos professores formadores e as disciplinas práticas (estágio supervisionado e suas disciplinas preparatórias) evidencia que o livro didático pode sugerir caminhos para o ensino de música.

Assim, fica evidente que os professores formadores conseguem identificar nos livros didáticos as possibilidades de se trabalhar com conteúdos e formas de ensino, conforme a proposição de Saviani (2009). Vale ressaltar que, a partir das respostas, o livro apresenta um caminho como possibilidade a ser seguida, mas em nenhum momento é citado pelos respondentes como o único caminho.

Dar suporte ao professor de música no planejamento das aulas, uma vez que traz sugestões de conteúdos, atividades e estratégias de ensino de música (Professor Formador L, 2020).

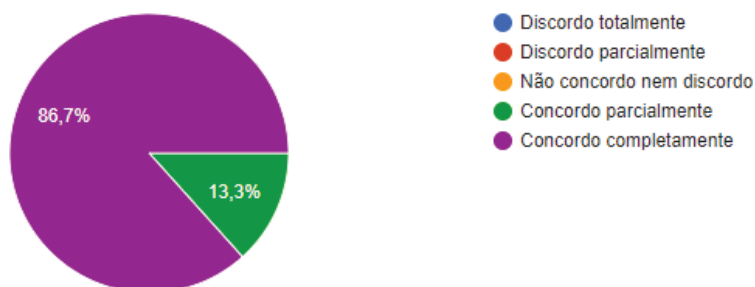
O livro didático pode ser importante ferramenta para o ensino de música ao apresentar um mapeamento de conteúdos e ações pedagógicas, sugestões para apreciação musical e construção de repertório, além de oferecer parâmetros para um possível desenvolvimento estético musical. Entretanto, pode não garantir a prática musical caso o professor ou professora não tenham formação específica (Professor Formador M, 2020).

Além dessa questão aberta, foram apresentadas mais seis questões objetivas baseadas na escala Likert de cinco pontos, as quais objetivaram destacar a opinião dos respondentes sobre o impacto dos livros didáticos (especificamente do PNLD Arte) na atuação docente. Serão apresentados os gráficos referente às respostas de cada uma das questões e em sequência será apontada a análise e as inferências oriundas de cada uma destas.

Gráfico 1 – Questão 1

A análise de livros didáticos é importante para o licenciando desenvolver o senso crítico sobre esses materiais.

15 respostas



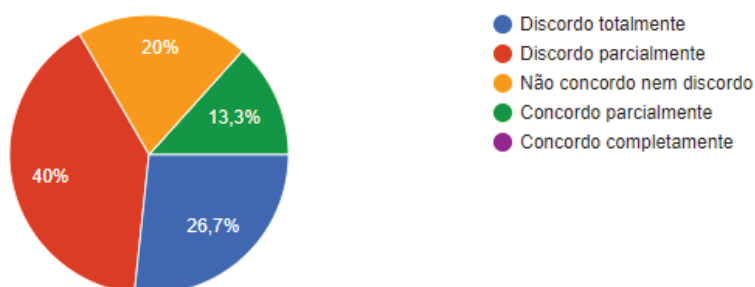
Tratando-se da importância da presença do livro didático na formação inicial para o desenvolvimento do senso crítico sobre esses materiais, 100% das respostas penderam para a concordância, sendo 86,7% concordância total e 13,3% concordância parcial, apesar de 53,34% dos respondentes não terem tido nenhum contato com livros didáticos do PNLD Arte e 13,33% terem tido contato parcial. Apesar da abrangência interpretativa que o uso do termo “senso crítico” possa ter causado, acredita-se que tal resultado implica que, frente a recente inclusão do componente curricular Arte no

PNLD e a promulgação da BNCC, há a possibilidade de debates para a garantia de maior espaço para os livros didáticos de Arte do programa nos currículos.

Gráfico 2 – Questão 2

O uso de livros didáticos na prática de ensino de música diminui a autonomia do professor que atua na educação básica.

15 respostas

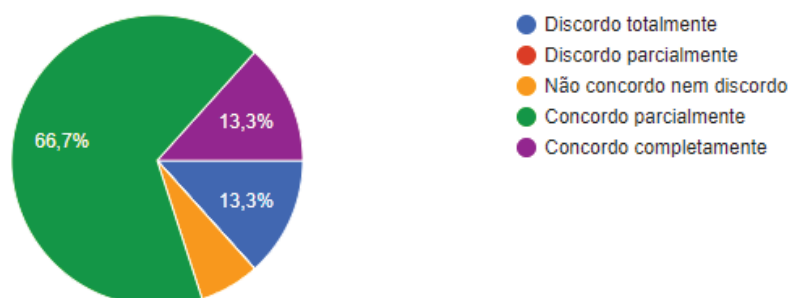


A questão referente a interferência do livro didático na autonomia do professor da educação básica aponta que 66,7% dos professores formadores discordam da afirmação, corroborando a visão que estes apresentaram anteriormente sobre o livro didático como ferramenta auxiliar na prática docente. Desta forma, o livro se apresenta como uma possibilidade e não uma norma.

Gráfico 3 – Questão 3

Os livros didáticos auxiliam na formação do professor de música para lecionar as demais linguagens artísticas (artes visuais, dança e teatro, previstas na Lei nº 13.278/16).

15 respostas

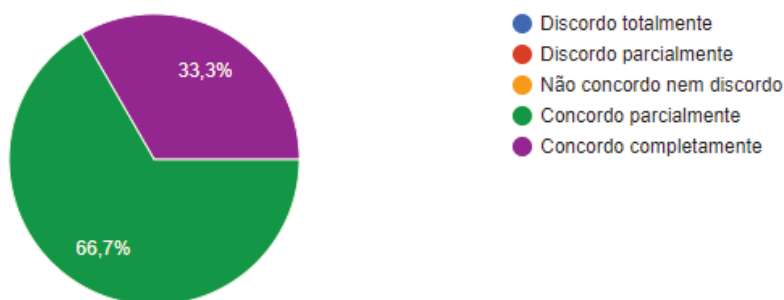


Ao serem questionados sobre o livro didático enquanto ferramenta formativa para as demais linguagens artísticas, houve um número significativo de concordâncias, mesmo que parciais. Por mais que apenas as especificidades da linguagem musical sejam trabalhadas na formação inicial dos discentes, a atuação com as demais linguagens artísticas é inevitável no contexto da escola pública. Assim, há uma visão positiva sobre a os livros didáticos enquanto possibilidade de suporte para a atuação docente com as linguagens artísticas diferentes da música.

Gráfico 4 – Questão 4

Os livros didáticos possibilitam a ampliação do repertório didático-pedagógico do licenciando

15 respostas

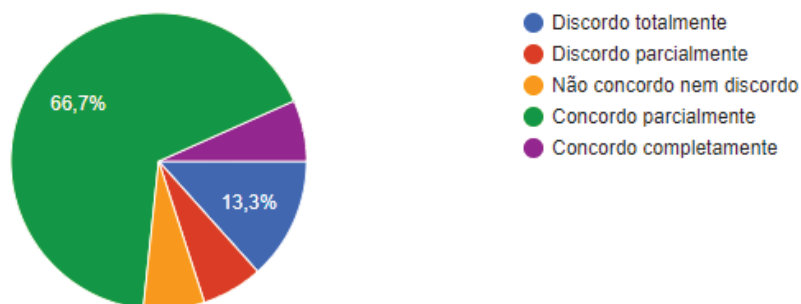


Refletindo sobre a ampliação de repertório didático-pedagógico musical proporcionada pelos livros didáticos, novamente as respostas penderam para a concordância com a afirmativa, corroborando a visão positiva sobre a os livros didáticos enquanto possibilidade de suporte para a atuação docente também para a linguagem musical.

Gráfico 5 – Questão 5¹⁴

O uso dos livros didáticos possibilitam ao professor da educação básica realizar práticas musicais integradas às demais linguagens artísticas.

15 respostas

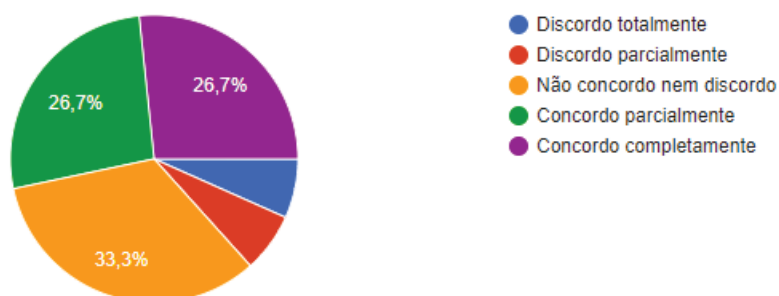


Considerando os resultados das respostas anteriores de que a análise do livro é importante para desenvolver o senso crítico sobre o mesmo e que há também sobre ele uma visão positiva como ferramenta de auxílio na prática didático-pedagógica para as quatro linguagens artísticas vigentes na legislação, a concordância a respeito do uso do livro para a integração entre diferentes linguagens artísticas é similar às questões apresentadas anteriormente.

Gráfico 6 – Questão 6

O uso do livro didático do PNLD na educação básica incentiva a manutenção da atuação polivalente do professor de Arte.

15 respostas



¹⁴ Errata: O uso dos livros didáticos possibilita (singular) [...]

A última questão, a qual indagava se o uso do livro didático no modelo atual do PNLD (contemplando as quatro linguagens artísticas previstas em lei) contribuiu para a manutenção do caráter polivalente do componente curricular Arte foi a questão que apresentou maior distribuição de respostas. Acredita-se que pela tensão criada entre o objetivo da formação específica dos cursos de licenciatura e a legislação vigente que não privilegia as especialidades na atuação docente na educação básica, as respostas ficaram divididas, pois não há um consenso entre qual dos rumos é o mais correto, se é que essa resposta existe.

5.4. Discussão

Após a análise das respostas, foi possível perceber que há uma importância atribuída pelos professores formadores aos livros didáticos enquanto ferramentas de formação e auxílio na atuação docente dos licenciados em música, seja na organização e sequenciamento dos conteúdos a serem trabalhados ou na sugestão de práticas pedagógicas. O termo livro didático foi apresentado propositalmente de modo abrangente para não interferir na interpretação dos respondentes sobre o que seria esse livro, justamente pela diversidade de possibilidades que o objeto livro didático pode assumir, tanto em relação a sua função, conforme destaca Chopin (2004), quanto em relação a sua representação e significação (CHARTIER, 1998). Desta forma, percebeu-se que os professores formadores têm uma visão sólida sobre o conceito livro didático, mas nem todos se apropriaram dos livros do PNLD Arte – objetos deste estudo – o que se leva a crer que ao se tratar de livros didáticos inseridos nos currículos dos cursos de licenciatura em música, os livros do PNLD não são protagonistas. Além disso, foi possível notar que a discussão do livro didático no contexto polivalente do componente curricular Arte gera uma tensão sob a ótica curricular, uma vez que foi o tema com maior conflito nas respostas.

Em relação ao currículo, foi possível identificar que há um espaço para o estudo de livros didáticos nos cursos de licenciatura em música do Paraná, principalmente nos momentos de reflexão e preparação para a atuação docente nos estágios supervisionados. Os livros do PNLD Arte, contudo, nem sempre ocupam estes espaços. Apesar de não haver uma questão para identificar quais são os livros

didáticos presentes nos cursos, levanta-se a hipótese de que esses espaços são ocupados por livros didáticos de pedagogias e metodologias de ensino da música, do canto e/ou de instrumentos musicais, os quais não são distribuídos pelo governo e podem não estar presentes nas escolas de educação básica. Essa hipótese é levantada devido ao fato de não haver menções sobre os livros do PNLD nos currículos prescritos e pela maioria dos respondentes terem pouco ou nenhum contato com tais livros.

Os espaços de maior protagonismo do livro didático nos cursos de licenciatura em música do Paraná são as disciplinas de metodologia de ensino da música¹⁵ e estágio supervisionado, as quais direcionam os discentes prioritariamente para a atuação na educação básica. Há também a possibilidade do livro estar inserido nos contextos dos três pilares das universidades, visto que “a participação dos alunos em atividades e programas de extensão, iniciação científica e monitoria envolvendo universidade e comunidade também podem contribuir para a formação profissional dos alunos” (GUMS, 2019).

De modo geral, o livro didático se apresenta como um objeto que tem valor no contexto de formação de professores de música, mas não é tido como prioridade. A concordância parcial na maioria das afirmações pode indicar que há ressalvas na perspectiva positiva sobre o livro didático. Conforme apontado por Batista (2000) e Chartier (1998), a leitura depende da subjetividade do leitor e a imprevisibilidade das interpretações que cada professor-leitor pode vir a ter sobre um livro didático impossibilita o compromisso em afirmar com veemência qualquer tipo de certeza em relação ao livro didático enquanto solução dos problemas de currículo e formação docente.

O contexto cultural, social e econômico também pode influenciar na qualidade da leitura e nos critérios de escolha e uso dos mesmos. Esses fatores ressaltam que a formação continuada é essencial para a prática docente e deve permear o cotidiano do professor, incluindo também a relação desses com os livros

¹⁵ Optou-se por utilizar o nome metodologia do ensino da música de forma generalizada, visto que os cursos apresentam disciplinas com nomes diferentes, mas com ementas semelhantes, conforme apresentado no capítulo anterior.

didáticos, seja na elaboração de critérios de escolha, em sua leitura e análise ou em seu uso.

6. Considerações Parciais

Conforme citado ao longo do texto, esta pesquisa se propôs a investigar o espaço ocupado pelos livros didáticos do PNLD Arte nos currículos dos cursos de licenciatura em música do estado do Paraná. Na impossibilidade de proceder com a investigação de caráter etnográfico, buscou-se identificar os currículos dos cursos a partir dos documentos normativos das IES (projeto político-pedagógico; matriz curricular; ementário; regulamentos de estágio supervisionado, assim como as Leis que regem esses documentos) e das experiências particulares dos professores formadores.

Conforme afirmam Mateiro (2003) e Bellochio (2003), a concepção e estruturação dos cursos de licenciatura estão ligadas às demandas sociais e às possibilidades de atuação dos egressos. Para entender essas demandas e possibilidades, além do contexto cultural, político e social dos cursos de licenciatura em música, foi realizado um levantamento do panorama geral das escolas de educação básica do estado do Paraná por meio de dados estatísticos disponíveis no portal da transparência.

Após levantados o número de professores que atuam no componente curricular Arte, o número de alunos matriculados na rede estadual de educação e o número de turmas foi possível perceber que, em relação ao processo de escolha dos livros didáticos e os critérios utilizados para tal, alguns dos problemas apontados em outras pesquisas parecem também ser uma realidade na rede estadual do Paraná. Tratam-se do tempo e condições ofertados aos professores para que realizem a escolha dos livros didáticos de forma crítica e autônoma.

A contratação em caráter temporário por meio de PSS e a não abertura de concursos públicos para professores de Arte tornam baixas a estabilidade e a demanda para a inserção profissional no âmbito da educação pública. Entretanto, esse não deve ser um motivo para eximir as IES de estruturar os currículos visando a formação do professor para a atuação nesses espaços, principalmente considerando a Lei Nº13.174 de 2015, a qual adiciona ao ensino superior a finalidade de aproximação entre os diferentes níveis escolares.

Dessa forma, Bellochio (2003) defende que “a formação de professores seja realizada em cursos de licenciatura envolvidos com trabalhos de ensino, pesquisa e extensão” (p.20).

Ciente do contexto de atuação direta dos professores do componente curricular Arte no estado do Paraná, o próximo passo foi analisar os documentos institucionais levantados a partir dos endereços eletrônicos das IES.

Apesar de todos os cursos contemplados nesse estudo apresentarem a oportunidade de analisar e refletir sobre livros didáticos, os livros do PNLD Arte não são garantidos nesses espaços, uma vez que não há menções específicas de quais livros didáticos serão analisados e/ou utilizados, nem em quais contextos. Para verificar além do currículo prescrito, optou-se também por estruturar um questionário digital direcionado aos professores formadores para verificar a execução dos currículos prescritos, se os livros didáticos do PNLD Arte estariam contemplados nessa execução e em quais contextos.

O levantamento de campo realizado com 15 professores formadores (com representantes das 7 diferentes IES) também reforçou a hipótese de que os livros didáticos do PNLD Arte não estão garantidos no currículo dos cursos de licenciatura em música, uma vez que 53% dos professores formadores afirmaram que não tiveram qualquer contato com livros didáticos do PNLD, enquanto 33,3% analisaram e/ou utilizaram em algum momento.

Essa representação de metade de professores formadores que não tiveram contato com nenhum livro do PNLD Arte pode indicar certo distanciamento na formação continuada dos professores formadores com a realidade da educação básica.

Entretanto, o relato de um dos professores formadores que também atua na educação básica estadual aponta a potencialidade dos diálogo entre os diferentes níveis de educação para a formação docente, tanto dos professores formadores quanto dos discentes dos cursos de licenciatura em música. Ressalta-se aqui o livro didático do PNLD como uma ferramenta que possibilita criar esses espaços de diálogos entre os diferentes níveis de educação.

Independente do contexto do PNLD, os professores formadores têm visões bem definidas sobre os livros didáticos e atribuem a esses principalmente as funções referencial e instrumental, ou seja, percebem os livros como objetos que organizam e sequenciam conteúdos e promovem determinadas práticas de ensino.

Considerando o prazo de cinco anos para a adequação das escolas à oferta de quatro linguagens artísticas da Lei 13.278 de 2016 (até o ano de 2021), a inserção recente do componente curricular Arte no PNLD (ano 2015) e a aprovação definitiva da BNCC (ano 2017), ainda é cedo para exigir qualquer tipo de mudança curricular por parte das IES. Soma-se também o fato de todos os cursos de licenciatura terem sofrido uma alteração recente para se adequar à Resolução 2/2015 do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP), a qual ampliou a carga horária das atividades práticas em todos os cursos de licenciatura.

Contudo, devido a importância da formação inicial e continuada, destacadas ao longo deste trabalho, e da relevância econômica do PNLD, é importante que discussões sobre esse assunto já comecem a ser pautadas nas diversas esferas políticas. Entende-se que o livro didático, enquanto objeto de políticas públicas, demanda atenção de todas as entidades e sujeitos que permeiam os processos de sua concepção, avaliação, distribuição e uso.

Ressalta-se que, devido à magnitude do PNLD, o programa passa a agir como um indutor de pesquisas relacionadas aos livros didáticos, as quais são necessárias para garantir sua funcionalidade e qualidade, além de representar o zelo com o patrimônio público.

A educação musical enquanto prática social e histórica, passa por constantes transformações, as quais implicam desafios éticos e humanos para que se possa pensar em possibilidades de inovação (BELOCHIO, 2016). A partir dessas transformações, a necessidade de formação docente está sempre em pauta, carregando suas complexidades sociais, econômicas e políticas. Os desafios são constantes, cabendo um trabalho conjunto para superá-los. Conforme cita Bellochio (2016), “cada membro do grupo se constrói/forma/busca por si próprio, mas também se constrói na relação com o outro” (p.20).

Nesse sentido, não será fácil mudar o ensino se não mudam os conteúdos, os procedimentos, os contextos de realização dos currículos. E pouco adiantará fazer reformas curriculares se estas não forem relacionadas à formação e à atuação dos professores (LOPES, Josiane; SCHAMBECK, Regina, 2014, p.128).

Considerando o contexto atual da educação básica, ainda não é possível idealizar uma fuga da atuação polivalente no componente curricular Arte, frente à falta de espaço para as especificidades de cada linguagem artística.

Entretanto, há espaço para a construção conjunta de saberes docentes e o livro didático pode ser utilizado como ponto de partida, não somente para que o licenciando atue como professor de Arte na educação básica, mas que tenha a possibilidade de atuar em conjunto com estes nos processos de formação continuada, como consultores de educação musical, como coordenadores pedagógicos de educação musical, como avaliadores das próximas coleções de livros didáticos, entre diversas outras possibilidades.

Dessa forma, cabe às Universidades – enquanto instituições que promovem ensino, pesquisa e extensão – criar meios que permitam diálogos e parcerias com as demais instituições para fomentar as práticas formativas dos discentes dos cursos de licenciatura aliadas às práticas de formação continuada nos demais níveis de educação, sejam essas instituições as escolas de educação básica, as secretarias estaduais e/ou municipais de educação, o ministério da educação ou o FNDE.

Para Luana Gums (2019), “a participação dos alunos em atividades e programas de extensão, iniciação científica e monitoria envolvendo universidade e comunidade também podem contribuir para a formação profissional dos alunos” (p.87).

Essas propostas corroboram o pensamento de Jusamara Souza (2003), a qual afirma que a pesquisa universitária no âmbito da educação musical não deve apenas se preocupar com o acúmulo de conhecimentos, mas também com a praticidade e o valor atribuído à didática musical, identificando a importância do trabalho conjunto entre “professores de música que atuam nas salas de aula e estudantes dos cursos de licenciatura” (p.9).

Não se pretendeu aqui determinar modos de concepção, avaliação ou uso dos livros didáticos de Arte, mas refletir sob as perspectivas do currículo e da formação

docente em música partindo do livro didático como interlocutor entre as diferentes culturas escolares dos diferentes níveis de educação, possibilitando aos professores, a partir da análise destes livros, compreender o panorama político, econômico e social da prática docente em Arte na educação básica, a qual os discentes das licenciaturas em música estarão submetidos – até o momento – caso optem pela carreira na educação básica, para construir diferentes saberes docentes a partir desta experiência formativa.

Dessa forma, os livros didáticos podem ser utilizados como ponto de partida tanto para as reflexões sobre formação docente em música, quanto para a reflexão sobre a estruturação curricular para essa formação e também sobre a estruturação curricular da música na educação básica.

Referências

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes, 1989.

_____. **Política, Cultura e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná). Lei Complementar Nº 103 de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica Estadual do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial** Nº 6687. 2004

BARBOSA, Vivian Dell’Agnolo. **Análise de livros didáticos de música para o Ensino Fundamental I**. Dissertação (Mestrado em Música) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p.99. 2013.

BARBOSA, Vivian; ROMANELLI, Guilherme. Livros didáticos para a educação musical: análise de três coleções direcionadas aos anos iniciais do ensino fundamental. In: Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia et al (Org.). **Desafios para a superação das desigualdades sociais: o papel dos manuais didáticos e das mídias educativas**. Curitiba: IARTEM; NPPD; UFPR, 2013.

BARCELOS, Nora Ney Santos; VILLANI, Alberto. Troca entre universidade e escola na formação docente: uma experiência de formação inicial e continuada. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p.73-97, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Martins Fontes: São Paulo, 1977.

BASSO, Lucimara Del Pozzo; TERRAZAN, Eduardo Adolfo. Organização e realização do processo de escolha de livros didáticos em escolas de educação básica. **Revista Eletrônica de Educação**, v.9, n.3 p.256-272, 2015.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura incerta: a relação de professores (as) de Português com a leitura. **Educação em revista**, v. 12, n. 27, 1998.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. O curso de pedagogia e a formação inicial de professores: reflexões e experiências no ensino de música. **Expressão: Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM**, Santa Maria, ano 3, v. 2, n. 2, p. 73-77, jun./dez. 1999.

BELLOCHIO, Cláudia. A formação profissional do educador musical: algumas propostas. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v.8, p.17-24, mar. 2003.

BELLOCHIO, Cláudia R.; FIGUEIREDO, Sérgio Luiz F. Cai, cai balão... Entre a formação e as práticas musicais em sala de aula: discutindo algumas questões com professoras não especialistas em música. **Música na educação básica**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL, Lei; BRASIL. Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 1, p. 6377, 1971.

_____. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, v.134, n.248, 23 dez. 1996, p.23.833-27.841.

_____. Lei Nº 11.738 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2008.

_____. Lei Nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Brasília, 2014.

_____. Lei Nº 13.174, de 21 de outubro de 2015. Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. **Diário Oficial da União**, 2015.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD/2015: Arte: ensino médio**. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. Lei Nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. **Diário Oficial da União**, 2016.

_____; PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD). Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. 2017.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 12 de 7 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). **Diário Oficial da União**, 2020.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD/2020: Arte: ensino fundamental anos finais**. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019.

BOURDIEU, Pierre e Roger CHARTIER. **La Lecture: une pratique culturelle. Débat entre P. Bourdieu e R. Chartier**. In: CHARTIER, Roger (org.) Pratiques de la lectura. Marselha: Rivages, 1985 (tradução para português in: CHARTIER, Roger. Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996).

CASSAB, Mariana; MARTINS, Isabel. A escolha do livro didático em questão. **Atas do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 25-29, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **O processo de gasto público do programa do livro Didático**. Texto para discussão, Ipea, n. 406, mar. 1996.

CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Unesp, 1998.

_____. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Barcelona: Gedisa, 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **Revista História da Educação**, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

CNE (Conselho Nacional de Educação). Resolução CNE/CES 2/2004. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p.10. Brasília, 12 de março de 2004.

CNE/CP. Resolução CNE/CP 2/2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de julho de 2015. Seção 1, pp. 8-12.

_____. Resolução CNE/CP 3/2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 de outubro de 2018. Seção 1, p.21.

CZMOLA, Halyne; LINS, Mariane; ROMANELLI, Guilherme; ROSA, Lucas. Music textbooks and didactic materials: a proposition based on the “family musician in classroom” project. In: Álvarez, Rosa et al (Org.). **Music education and didactic materials**. Santiago de Compostela: STELLAE/IARTEM, 2020.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista gestão organizacional**, v. 6, n. 3, 2013.

DEL-BEN, Luciana *et al.* Sobre a docência de música na educação básica: um estudo sobre as condições de trabalho e a realização profissional dos professores(as) de música. **Opus**, v. 25, n.2, p.144-173. 2019.

DEL-BEN, Luciana. Múltiplos espaços, multidimensionalidade, conjunto de saberes: idéias para pensarmos a formação de professores de música. **Revista da ABEM**, n.8, p.29-32, mar. 2003.

DESLAURIERS, Jean-pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa In: POUPART. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008, p.127-153.

ESCOLANO-BENITO, Agustín. El manual como texto. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3, p. 33-50, 2012.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. A preparação musical de professores generalistas no Brasil. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 11, 55-61, set. 2004.

FIGUEIREDO, S. L. Professores generalistas e a educação musical. In: **Encontro Regional da Abem sul**, 4., Encontro do laboratório de Ensino de Música / LEM-CEUFMS, 1., 2001, Santa Maria, Anais... Santa Maria: ABEM, 2001, p. 26-37.

FIGUEIREDO, Sergio. A formação de professores de música em cursos de licenciatura: uma análise de documentos normativos. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 23, n. 45, 2017.

FEY, Andreia Schach. **Musicistas mulheres e sua inclusão em práticas de arte no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, p.188. 2020.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Artes Médicas, 1993.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O livro didático em questão**. São Paulo: Moderna, 1997.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. Os livros didáticos na sala de aula. **Didática, História e manuais escolares: contextos ibero-americanos**. 1ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, v. 6, p. 69-102, 2013.

_____. *Criteria used by teachers in brazilian public elementary schools in the processs of textbook selection*. **Orbis Scholae** v.8, n.2, p.9-22, 2014.

GATTI, Bernadete *et al.* Características de professores(as) de 1º. grau no Brasil: perfil e expectativas. **Educação e realidade**, n. 48, p. 248-60, agosto 1994.

GÉRARD, François-Marie; ROEGIERS, Xavier. **Conceber e avaliar manuais escolares**. Lisboa: Porto Editora, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Lilia Neves; COSTA, Maria Cristina L. S. O projeto conteúdos de música em livros didáticos: resultados parciais. In: **Encontro Anual da ABEM**, 11, 2002. Natal. Anais... Natal: ABEM, 2002.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Solange Maranhão. **A inserção profissional de licenciados em música: um estudo sobre os egressos de instituições de ensino superior do estado do Paraná**. Tese de Doutorado (Educação Musical), 241 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. A inserção profissional de licenciados em música: um estudo sobre egressos de instituições de ensino superior do estado do Paraná. **XVIII Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Educação Musical**. 2018.

GUMS, Luana Moína. A formação de licenciandos em música: perspectivas dos alunos bolsistas sobre a participação no PIBID. In: SCHAMBECK, Regina Finck (org). **Processos e práticas em educação musical: formação e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

HENTSCHKE, Liane & OLIVEIRA, Alda. A Educação Musical no Brasil. In: HENTSCHKE, Liane (org). **Educação musical em países de línguas neolatinas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise psicológica**, v. 24, n. 3, p. 363-372, 2006..

LAJOLO, M. O livro didático: um (quase) manual do usuário. **Em aberto**, v. 16, n. 69, jan/mar. 1996.

LIMA, Valderez Marina do Rosário. Universalidades e singularidades presentes no método de análise textual discursiva. In: LIMA, Valderez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Güntzel; DE PAULA, Marlúbia Corrêa. **Métodos de análise em pesquisa qualitativa: Releituras atuais**. ediPUCRS, 2019.

LIMA, Maria Emilia Caixeta de Castro; SILVA, Penha Souza. Critérios que professores de química apontam como orientadores da escolha do livro didático. **Ensaio** (Belo Horizonte), v.12 n.2, p.121-136, 2010.

LOPES, Josiane; SCHAMBECK, Regina Finck. Currículo, deficiência e inclusão. In: SOARES, José; SCHAMBECK, Regina Finck; FIGUEIREDO, Sérgio. **A formação do professor de música no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MATEIRO, Teresa. Uma análise de projetos pedagógicos de licenciatura em música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 22, 57-66, set. 2009.

MANZKE, Vítor Hugo Rodrigues. Processos de formação musical para professores generalistas. In: SCHAMBECK, Regina Finck (org). **Processos e práticas em educação musical: formação e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

MEC, PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Edital de convocação 01/2018. **Diário Oficial da União**, 2018.

_____. Resolução Nº12, de 7 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. **Diário Oficial da União**, 2020.

MICHELATO, Rafael Augusto et al. **A interdisciplinaridade de um monocórdio: uma análise fenomenológica envolvendo alunos do ensino médio profissionalizante**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, p.94. 2015.

MORAES, Marcelo Antonio Bueno. **O papel do Guia do Livro Didático de história/PNLD no processo de escolha dos livros pelos professores dos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p.141, 2018.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORGADO, José Carlos. **Manuais escolares: contributos para uma análise**. Porto: Porto Editora, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira história educação**. Campinas: São Paulo, v.12, n.3, p.179-197. 2012.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. 2.ed. Porto: Porto, 1995.

PARANÁ, Governo do Estado. Instrução Normativa Conjunta Nº 011/2020 – DEDUC/DPGE/SEED. Dispõe sobre Matriz Curricular do Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná, 2020.

PENNA, Maura. A função dos métodos e o papel do professor: em questão, “como” ensinar música. In: MATEIRO, Teresa (org.); ILARI, Beatriz (org.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: IBPEX, 2011. p. 13-24.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão R. (orgs). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: EdUFPR, 2011.

SCHILICHTA, Consuelo; ROMANELLI, Guilherme; TEUBER, Mauren. Livros didáticos para o ensino de arte: não peça a eles o que eles não podem te dar. **Revista Gearte**, Porto Alegre, v.5, n.2, p.312-325, maio/ago. 2018.

SOUZA, Jusamara. **Livros de música para a escola: uma bibliografia comentada**. Porto Alegre: PPG Música-UFRGS, 1997.

_____. Educação musical e práticas sociais. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v.10, p.7-11, mar. 2004.

_____. **Música, educação e projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

_____, et. al. Educação Musical: um campo dividido, multiplicado, modificado. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. 23, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPPOM, 2001.

SOUZA, Karla Beatriz Soares de et al. **Abram os livros, por favor...** representações de ensino aprendizagem de música nos conteúdos do livro didático de Arte do PNL D (2015 a 2017). Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p.259. 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Editora Vozes, 2014.

TIMBO, Isaíde Bandeira. **O livro didático de história: um caleidoscópio de escolhas e usos no cotidiano escolar** (Ceará, 2007 2009). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p.273. 2009.

TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant de. **O processo de escolha do livro didático de ciências por professores de 1ª a 4ª séries**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, p.103. 2003.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

ZAMBON, Luciana B. **Seleção e utilização de Livros Didáticos de Física em Escolas de Educação Básica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p.285, 2012.

Apêndices

1. Questionário enviado aos docentes dos cursos de Licenciatura em Música das IES do Paraná

Prezado(a) professor(a),

Meu nome é Lucas Pitwak Menezes Rosa e sou discente no programa de mestrado da Universidade Federal do Paraná e faço parte de um grupo de pesquisa sobre livros didáticos. Pedimos sua colaboração no estudo que estamos fazendo sobre o tema “O livro didático na formação da práxis docente em música”.

O tempo para responder este questionário é de aproximadamente 5 minutos.

Ressaltamos que sua participação será anônima (seu nome e sua instituição não serão divulgados), não resultando em nenhum prejuízo físico ou psicológico. Você poderá abandonar a pesquisa em qualquer momento, sem nenhuma justificativa. Enfatizo que sua participação é de grande importância e contribuição para a mesma.

Esta pesquisa é de minha responsabilidade, sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Gabriel Ballande Romanelli, no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Paraná.

Eu e meu orientador agradecemos muito a sua colaboração.

Caso existam dúvidas no preenchimento ou necessite de esclarecimentos, estamos disponíveis pelos e-mails:

Lucas Pitwak Menezes Rosa (NPPD/UFPR) – lucasmaniesi@gmail.com

E Guilherme Romanelli (NPPD/UFPR) – guilhermeromanelli@ufpr.br

Termo de concordância

- Declaro que li e concordo em participar respondendo este questionário. Autorizo os responsáveis da pesquisa a usarem as informações recebidas exclusivamente para trabalhos acadêmicos sem fins comerciais e sem obtenção de lucros financeiros, desde que cumpridas todas as exigências éticas e de preservação da identidade dos colaboradores.

Identificação

Qual é a sua ocupação no curso de licenciatura em música?

- Coordenação de curso
- Docência no curso de licenciatura em música
- Outros...

Instituição de atuação

- Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)
- Universidade Estadual de Londrina (UEL)
- Universidade Estadual de Maringá (UEM)
- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
- Universidade Estadual do Paraná – Campus I (EMBAP)
- Universidade Estadual do Paraná – Campus II (FAP)
- Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- Outros...

Livros didáticos na formação inicial

Durante a formação dos seus licenciandos, os livros didáticos para a educação básica são estudados, explorados e/ou analisados?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não sei informar
- Outros...

Caso afirmativo (mesmo parcialmente), em qual destas disciplinas este estudo é realizado? É possível marcar mais de uma opção. Caso haja uma disciplina que não está contemplada na lista, utilize o espaço “outros”.

- Não é realizado
- Não sei informar
- Abordagens criativas no ensino de música
- Cognição musical
- Didática do ensino de música
- Educação auditiva em música
- Educação musical
- Educação musical – Adultos e idosos
- Educação musical e currículo
- Educação musical e diversidade
- Estágio supervisionado em educação musical

- Fundamentos da educação musical
- Instrumento musicalizador
- Introdução à pedagogia vocal
- Metodologia do ensino de instrumento
- Metodologia do ensino de música
- Métodos e técnicas de musicalização
- Música em modalidades do ensino regular
- Música popular brasileira na educação básica
- Música e ludicidade na educação infantil
- Laboratório de educação musical
- Pedagogia do canto
- Pedagogia do instrumento
- Pedagogias em educação musical
- Prática pedagógico-musical
- Práticas criativas de ensino da música
- Práticas pedagógicas de educação musical
- Projetos em educação musical
- Tecnologias na educação musical
- Outros...

Mas afinal, para quê serve um livro didático?

Para você, qual é a função de um livro didático para a educação musical?

Formação em música e o PNLD

Pensando na educação básica como um possível campo de atuação do egresso do curso de licenciatura em música e considerando a relação formativa entre professores e livros didáticos.

A análise de livros didáticos é importante para o licenciando desenvolver o senso crítico sobre esses materiais.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

O uso de livros didáticos na prática de ensino de música diminui a autonomia do professor que atua na educação básica.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Os livros didáticos auxiliam na formação do professor de música para lecionar as demais linguagens artísticas (artes visuais, dança e teatro, previstas na Lei nº13.278/16)

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Os livros didáticos possibilitam a ampliação do repertório didático-pedagógico do licenciando.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

O uso dos livros didáticos possibilitam ao professor da educação básica realizar práticas musicais integradas às demais linguagens artísticas.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente

- Concordo totalmente

O uso do livro didático do PNLD na educação básica incentiva a manutenção da atuação polivalente do professor de Arte.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Aprofundamento da discussão

Obrigado pela contribuição. Caso tenha disponibilidade e interesse, deixe um meio de contato para um diálogo mais aprofundado sobre esse tema.

2. Respostas em texto para a questão “Para você, qual é a função de um livro didático para a educação musical?”

1	Organizar e classificar conteúdos, gerar novas ideias.
2	Oferecer sugestões e embasamento didático para o ensino.
3	Contribui para a organização de conteúdos, é um suporte para professores e alunos, e, embora nem sempre explicita para seus usuários, se sedimenta em concepções e abordagens epistemológicas que direcionam pensamentos e condutas.
4	Um dos possíveis suporte para o ensino-aprendizado.
5	Oferecer alternativas e ideias para as práticas em sala de aula dos professores.
6	Os livros didáticos oferecem suporte aos processos de ensino e aprendizagem da música, organizando de forma sistemática os conhecimentos historicamente construídos sobre as diferentes manifestações musicais.
7	O livro didático é uma ferramenta importante para dar suporte ao professor.
8	Fonte de referência para o professor.
9	Direcionamento para os alunos.
10	A função do livro didático é amparar o professor para o trabalho com o público final (crianças, jovens, adultos). Mesmo nas edições consumíveis, o foco de trabalho deve ser o de repertoriar o professor para o trabalho no dia a dia com educação musical.
11	Deveria ser um instrumento a mais para auxiliar o professor a fazer o seu planejamento de ensino. Entretanto, parece que serve mais como única fonte de referência para as aulas de música, em muitos casos.
12	Dar suporte ao professor de música no planejamento das aulas, uma vez que traz sugestões de conteúdos, atividades e estratégias de ensino de música.
13	O livro didático pode ser importante ferramenta para o ensino de música ao apresentar um mapeamento de conteúdos e ações pedagógicas, sugestões para apreciação musical e construção de repertório, além de oferecer parâmetros para um possível desenvolvimento estético musical. Entretanto pode não garantir a prática musical caso o professor ou professora não tenham formação específica.
14	O acesso aos materiais didáticos fornecem informações e atualizam os professores e discentes. Dependendo do tema pode ser que não exista material algum e conclui-se que há necessidade de produção dos mesmos.
15	A função do livro didático é a de nortear a prática docente baseada nos princípios filosóficos, psicológicos e experiências de autores de referência na área de ensino e pesquisa em música.